

"DIZEM QUE A ENERGIA É LIMPA, MAS A INSTALAÇÃO É SUJA"

Defendendo o Território: Resistência Quilombola e as Contradições do Desenvolvimento de Energia Eólica no Brasil Costeiro



Idil Mohamud: 2602229 Supervisora: Dr.
Kei Otsuki Mestrado em Estudos de
Desenvolvimento Internacional Data de
Submissão: 26.06.2026



**Utrecht
University**

Resumo

A energia eólica se tornou um dos símbolos mais poderosos da transição global para a neutralidade de carbono. Esta tese leva a sério uma contradição que essa busca por energia renovável mascara. Com base em trabalho de campo no Quilombo do Cumbe, uma comunidade afro-brasileira nas dunas costeiras de Aracati, Ceará, questiona por que comunidades quilombolas resistem a projetos de energia eólica, apesar da urgência das metas climáticas.

A pesquisa combina entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade e atores de governança, observação participante e uma oficina corpo-território. Ela conclui que a resistência em Cumbe não é uma oposição à energia renovável, mas uma objeção sustentada à maneira como a energia eólica é implementada: territorialmente disruptiva, processualmente fraca e distributivamente desigual.

O território em Cumbe não é uma terra em um sentido econômico, mas a base do meio de vida, memória, identidade, autonomia e continuidade coletiva. A chegada de parques eólicos onshore é vivenciada como o ciclo mais recente em uma história mais longa de despossessão que também inclui a extração de água subterrânea e o cultivo industrial de camarões. Entrevistas com a SEMACE¹ e a SEMA² revelam que os atores institucionais reconhecem muitos dos danos que as comunidades descrevem, mas esse reconhecimento raramente produz mudanças, apontando para restrições estruturais dentro da própria governança da transição, ao invés de falhas de consciência.

A tese argumenta que os frameworks de justiça energética, organizados em torno das dimensões processuais, distributivas e de reconhecimento, dão atenção limitada ao território como uma dimensão central da justiça, e que o caso Cumbe demonstra o valor analítico da Justiça Territorial para entender por que a energia renovável pode ser tanto limpa quanto injusta. Trata as comunidades afetadas não como obstáculos ao desenvolvimento, mas como produtoras de

¹ Agência ambiental do estado do Ceará responsável pelo licenciamento e monitoramento. ² Secretaria do estado do Ceará responsável pela política ambiental e governança.

Resumo

conhecimento político e ecológico cujas relações territoriais oferecem uma visão alternativa do que uma transição justa poderia significar.

Agradecimentos

Minha mais profunda gratidão vai para o Quilombo do Cumbe. Obrigado por abrir suas casas e compartilhar suas histórias, suas lutas, suas memórias e seu território comigo. Cheguei ao Ceará sem conhecer ninguém, e, ainda assim, nunca me senti como um estranho por muito tempo. Agradeço especialmente a João do Cumbe, cuja bondade, calor, inteligência e humor sutil deixaram uma marca duradoura em mim.

Sou especialmente grato ao Professor Adryane Gorayeb e aos alunos da Universidade Federal do Ceará, cuja generosidade tornou esta pesquisa possível desde o início, e que me ajudaram a navegar pela região e me apresentaram a pessoas e perspectivas que moldaram fundamentalmente minha compreensão dela.

A Luiz - obrigado pela sua paciência e apoio constante durante meu tempo em Cumbe. Sua tradução foi muito mais do que linguística; você ajudou a conectar mundos, contextos e significados que, de outra forma, teriam permanecido inacessíveis para mim.

Agradeço sinceramente a todos os participantes da pesquisa - membros da comunidade, atores de governança, ativistas e representantes de ONGs - que ofereceram seu tempo de forma tão generosa.

Agradeço à minha supervisora, Dr. Kei Otsuki, por sua orientação cuidadosa ao longo deste processo, e à Universidade de Utrecht por apoiar este trabalho de campo.

Por fim, agradeço ao Brasil, e especialmente ao Ceará. Esta pesquisa mudou não apenas minha perspectiva acadêmica, mas também a mim como pessoa.

Muito obrigada, de coração.

Sumário

Resumo	i
Agradecimentos	iii
Lista de Figuras	vii
Lista de Abreviações e Termos-Chave	viii
PART I: FRAMING O ESTUDY	1
1. Introdução	1
2. Conceitual Framework	5
2.1 Transição justa e justiça energética	5
2.2 Territorialidade e perspectivas quilombolas	6
2.3 Corpo-território	8
2.4 Fundamentos teóricos	9
2.5 Lacuna de conhecimento e a contribuição desta tese: em direção à Justiça Territorial	9
2.6 Uma estrutura conceitual integrada	11
3. Metodologia	13
3.1 Desenho da pesquisa	13
3.2 Entrando no campo e uma mudança metodológica	13
3.3 Métodos de coleta de dados	14
3.4 Análise de dados	14
3.5 Posicionalidade e reflexividade	15
4. Geográfico Contexto Geográfico e Histórico	17
4.1 Conflitos de energia eólica no Ceará	17
4.2 Introduzindo Cumbe	18
4.3 Ciclos de conflito territorial	20

Sumário

4.4 Energia eólica, divisão e a zona de sacrifício.22	
PAR T II: CONCLUSÕES	24
5. Experienciando Energia Eólica em uma Comunidade Quilombola.24	
5.1 Território como meio de vida.24	
5.2 Território como reprodução social e identidade.25	
5.3 Dano incorporado e a oficina corpo-território.25	
5.4 Dano intergeracional e o 'direito à memória'.27	
5.5 Território como medida de dano.27	
5.6 O peso do lugar: Respondendo à primeira pergunta de pesquisa.28	
6. Resistência e a Defesa do Território.29	
6.1 A Resistência não é oposição à energia renovável.29	
6.2 Injustiça processual e exclusão da tomada de decisão.30	
6.3 Injustiça distributiva e benefícios desiguais.30	
6.4 Memória histórica e desapropriação cumulativa.31	
6.5 Resistência como resposta às atitudes coloniais.32	
6.6 A Resistência é diversa, sustentada e produtiva.32	
6.7 Defendendo um futuro diferente: Respondendo à segunda pergunta de pesquisa 33	
7. Perspectivas de Governança e a Persistência do Dano Subabordado 35	
7.1 Reconhecimento da governança das preocupações comunitárias.35	
7.2 Os limites do licenciamento ambiental e da participação.36	
7.3 Limitações institucionais e contra-conhecimento.37	
7.4 A lacuna de reconhecimento-transformação: Respondendo à terceira pergunta de pesquisa 37	
8. Os Limites de uma Transição para Emissões Líquidas Zero & os Requisitos da Justiça Territorial . 39	
8.1 Os limites de uma agenda de transição de zero líquido.39	
8.2 O que uma transição justa territorial exigiria.40	

Sumário

PARTE III: DISCUSSÃO E CONCLUSÃO.42

9. Discussão.42

9.1 Unindo os elementos: a justiça territorial como a medida ausente 42

9.2 Como a justiça territorial pode ser promovida.43

9.3 Contribuição para Estudos de Desenvolvimento.44

9.4 Posicionalidade revisitadas: limitações e sua influência nos resultados.44

10. Conclusão.46

Referências.48

Apêndice.52

Apêndice A: Guia de Entrevista, Visão Geral dos Participantes e Métodos da Oficina 52

Apêndice B: Estrutura de Codificação.63

Lista de Figuras

Figura 1: Estrutura Conceitual.11

Figura 2: Localização da área de estudo dentro do Brasil e da região do Ceará 18

Figura 3: Terra Cobertura e Infraestrutura em Cumbe.19

Figura 4: Ondas sucessivas de desenvolvimento e conflito territorial em Cumbe 21

Lista de Abreviações e Termos-Chave

Ter mo	Definição
AMCC	<i>Associação de Moradores do Cumbe e Canavieira</i> (Associação de Moradores do Cumbe e Canavieira). A associação de moradores formada em oposição à Associação Quilombola do Cumbe (AQC); seus membros incluem aqueles que rejeitam a identidade da comunidade Quilombola e têm contestado o processo de demarcação territorial associado a esse reconhecimento.
ATA	português para 'ata' ou 'registro' (<i>ata de reunião</i> , reunião de atas). Nesta tese, ATAs referem-se a registros escritos oficiais de reuniões comunitárias ou institucionais, usados pelos participantes como evidência documental de procedimentos e decisões.
Barraca	Uma pequena barraca ou abrigo informal, tipicamente em uma praia ou laguna, onde alimentos e bebidas são vendidos.
CAGECE	<i>Companhia de Água e Esgoto do Ceará</i> (Ceará Water and Companhia de Saneamento), uma empresa de água pública-privada fundada em 1971.
Cuerpo-território / Corpo-território	Um conceito feminista decolonial latino-americano que liga o corpo e o território como locais inseparáveis de experiência e dano.
EIA/RIMA	<i>Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental.</i> Ambiental Impacto Avaliação / Relatório de Impacto Ambiental.

Lista de Abreviações

Grilagem	Grilagem através da falsificação e envelhecimento artificial de documentos de propriedade.
INCRA	<i>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária</i> (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O agência federal brasileira responsável pela reforma agrária e titulação de terras, incluindo o reconhecimento e a demarcação de territórios Quilombolas sob Artigo 68 da 1988 Disposições Transitórias da Constituição.
Mulheres Unidas pelas Águas	Um termo criado durante a coleta de dados para descrever o informal, organização e solidariedade centradas na água observadas entre mulheres em Cumbe cujos meios de vida e reivindicações territoriais são atados à pesca e à coleta de moluscos. Captura um padrão de ação coletiva e apoio mútuo distinto das associações formais, emergindo diretamente da observação de trabalho de campo em vez de se referir a uma organização registrada.
PL das Pescadoras	Abreviação para <i>Projeto de Lei 1221/2023</i> , um projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará que estabelece o Estado Política de Desenvolvimento Socioambiental Sustentável de Atividades das Pescadoras. O projeto de lei busca reconhecer e garantir os direitos trabalhistas, de seguridade social e de saúde das pescadoras (<i>pescadoras</i>) no Ceará.
Quilombo	Um assentamento afro-brasileiro historicamente formado, originalmente estabelecido by escapou pessoas e pessoas e seus descendentes.
Quilombola	Uma pessoa pertencente a uma comunidade Quilombo; também usada como adjetivo.

Lista de Abreviações

SEMA	<i>Secretaria do Meio Ambiente</i> ; secretaria estadual do Ceará responsável pela política e governança ambiental.
SEMACE	<i>Superintendência Estadual do Meio Ambiente</i> ; estadual do Ceará ambiental agência responsável pela licença e monitoramento.
SPU	<i>Secretaria do Patrimônio da União (Secretaria do Patrimônio da União Patrimônio)</i> . O órgão federal responsável pela gestão de bens públicos pertencentes ao estado brasileiro, incluindo áreas costeiras e marinhas, como dunas e praias , que são centrais para disputas territoriais em Cumbe.
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	O <i>Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)</i> é um acordo legalmente vinculativo utilizado no Brasil para resolver disputas por exigir que indivíduos, empresas ou órgãos públicos corrijam ou prevenir violações legais ou ambientais sem justiça proceedings.
Terramar / Instituto Terramar	Um grupo de advocacy baseado no Ceará, composto por advogados que atuam em direitos costeiros, justiça ambiental e tradicional comunidades.

PARTE I: ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

1. Introdução

A energia eólica se tornou um dos símbolos mais poderosos da transição global para a neutralidade de carbono como parte das iniciativas de desenvolvimento sustentável. No Nordeste do Brasil, e particularmente no Ceará, é amplamente apresentada como uma evidência de que a descarbonização pode se alinhar com a modernização, competitividade e desenvolvimento regional (Filgueiras & Silva, 2003; Góes et al., 2021). O discurso de transição do Ceará é especialmente ambicioso, ligando a expansão das energias renováveis ao crescimento verde e ao investimento voltado para o futuro, sendo o estado considerado um modelo nacional de liderança climática (Mendes et al., 2025). No entanto, as descobertas de trabalho de campo no Quilombo do Cumbe sugerem que essa narrativa não representa a realidade. Os membros da comunidade descreveram consistentemente experiências de acesso restrito, interrupções no meio de vida e consultas limitadas, indicando que os benefícios da energia eólica são distribuídos de forma desigual e frequentemente acompanhados por cargas locais significativas. Assim, a questão fundamental não é se a energia eólica é renovável, mas como ela é implementada, quem se beneficia dela e quem arca com seus custos.

Esta contradição forma o ponto de partida da tese. O título vem de uma conversa durante o trabalho de campo com um membro do Quilombo do Cumbe: “Dizem que a energia é limpa, mas a instalação é suja”. Capturou algo que permaneceu comigo ao longo do processo de pesquisa; a energia eólica é apresentada internacionalmente como sustentável, necessária e progressiva - uma base para a resposta global à mudança climática. Mas para as pessoas que vivem ao lado dela em Cumbe, uma comunidade Quilombola nas dunas costeiras do Ceará, sua implementação produziu algo notavelmente diferente: exclusão, disrupção territorial e um profundo senso de injustiça. Em vez de perguntar se a energia eólica é ‘boa’ ou ‘má’ em geral, esta tese questiona por que as comunidades quilombolas no Ceará costeiro resistem aos projetos de energia eólica, apesar da urgência das metas climáticas. As descobertas do trabalho de campo indicam que essa resistência não é direcionada à energia renovável em si, mas à

Introdução

maneira como os projetos são implementados. Os participantes repetidamente distinguiram entre a ideia de energia limpa e a realidade de sua instalação, descrevendo um modelo que é territorialmente disruptivo, processualmente f raco e distributivamente desigual. Compreender essas experiências requer atenção ao contexto Quilombola.

Em Cumbe, o território não é entendido como terra em um sentido puramente econômico, mas sim como a base da vida. Entrevistas e observações destacaram consistentemente a importância das lagoas, manguezais, dunas e praias como espaços de trabalho, subsistência e vida social, e descreveram como as restrições ao acesso afetam tanto a sobrevivência material, os meios de vida e a identidade coletiva. Essa compreensão vivida de território reflete a literatura mais ampla sobre comunidades quilombolas, que destaca a inseparabilidade de terra, conhecimento e identidade (Aragão dos Santos, 2018), e é apoiada por pesquisas específicas de Cumbe que documentam o papel de bens comuns, como peixes e produtos naturais, na sustentação da subsistência comunitária e da reprodução social. (Castro & Santos, 2025). O conflito contemporâneo só pode ser entendido ao colocar a energia eólica dentro de uma história mais longa de mudança territorial; a energia renovável é agora central para a mitigação da mudança climática global. No entanto, a caracterização das renováveis como automaticamente benéficas começou a ser complicada por um crescente corpo de literatura. Pesquisadores de transição justa argumentam cada vez mais que as transições não são automaticamente justas simplesmente porque reduzem as emissões de carbono, e que questões de participação, direitos territoriais e equidade distributiva são tão importantes quanto questões de tecnologia (Jenkins et al., 2016; Sovacool & Dworkin, 2015; McCauley & Heffron, 2018).

Pesquisas no Ceará documentaram conflitos recorrentes entre a expansão da energia eólica e comunidades costeiras, identificando consistentemente processos de consulta fracos, cercamento territorial e distribuição desigual de benefícios como características estruturais do modelo regional (Brannstrom et al., 2017; Gorayeb et al., 2018; Mendes et al., 2025). No entanto, essas estruturas dão relativamente pouca atenção ao território em si: teorizam distribuição, procedimento e reconhecimento sem falar muito sobre o território em si - as dimensões vividas, relacionais e significativas da existência baseada em lugares. Embora a transição justa

Introdução

a bolsa de estudos se expandiu consideravelmente, mas prestou relativamente pouca atenção à justiça territorial. O caso Cumbe oferece uma oportunidade para abordar essa lacuna.

Para abordar essa lacuna, a questão central que orienta esta pesquisa é: **Como a justiça territorial pode ser promovida no contexto da expansão da energia eólica no litoral do Ceará?** Esta questão principal é explorada por meio de quatro subperguntas interligadas que guiam a pesquisa:

1. Como as pessoas no Quilombo do Cumbe vivenciam o desenvolvimento da energia eólica? 2. Como as pessoas em Cumbe resistem ao desenvolvimento da energia eólica e contra o que especificamente? 3. Como as perspectivas de governança, particularmente a SEMACE e a SEMA, ajudam a explicar por que os danos permanecem pouco abordados? 4. O que o caso Cumbe revela sobre os limites de uma agenda de transição para emissões líquidas zero e o que seria necessário para uma transição territorialmente justa?

O restante da tese está organizado em três partes: *Parte I* estrutura o estudo - o Capítulo 2 revisa a literatura e desenvolve o framework conceitual, passando por transições justas, pela territorialidade quilombola, até o corpo-território, e argumenta a favor da justiça territorial como a contribuição analítica da tese; o Capítulo 3 descreve a metodologia qualitativa, incluindo a mudança da cartografia social para uma oficina corpo-território, e reflete sobre posicionalidade e reflexividade; e o Capítulo 4 fornece o contexto geográfico e histórico para Cumbe e a expansão da energia eólica regional.

Parte II apresenta os resultados empíricos coletados a partir dos dados - a experiência vivida da energia eólica em Cumbe (Capítulo 5); resistência como resposta a projetos de energia eólica (Capítulo 6); perspectivas de governança e a persistência do dano subabordado (Capítulo 7); e os limites de uma agenda de transição para emissões líquidas zero ao lado dos requisitos de uma justiça territorial (Capítulo 8).

Introdução

Parte III reúne essas descobertas; o Capítulo 9 junta todos esses pontos ao abordar a questão principal de como a justiça territorial pode ser promovida e reflete sobre a contribuição da tese para os Estudos de Desenvolvimento, bem como as limitações do estudo, e o Capítulo 10 conclui respondendo conjuntamente todas as perguntas de pesquisa enquanto reflete sobre suas implicações mais amplas.

O *Apêndice* inclui o guia de entrevista, a visão geral dos participantes e os materiais do workshop mencionados ao longo da tese.

2. Quadro Conceitual

Este capítulo estabelece a lente conceitual através da qual a tese examina a energia eólica em Cumbe e revisa a literatura na qual se baseia. O argumento é que a pesquisa sobre transição, embora imprescindível, não considera o território o suficiente, e que o caso Cumbe demonstra o valor analítico da Justiça Territorial para entender por que uma transição renovável ainda pode ser vivenciada como injusta. O capítulo avança das transições justas, passando pela territorialidade quilombola, até o conceito corpo-território, mostrando em cada etapa como a atenção ao território aprofunda o que a justiça energética sozinha pode perceber, antes de identificar a lacuna de conhecimento que a tese aborda por meio de uma estrutura conceitual.

2.1 Transição justa e justiça energética

Este quadro começa com pesquisas sobre transição justa e justiça energética, que argumentam que a descarbonização por si só não pode ser considerada bem-sucedida se reproduzir ou criar novas formas de desigualdade. Os sistemas de energia envolvem mais do que considerações técnicas e ambientais. Eles também são processos políticos moldados por poder, participação e ideias concorrentes de desenvolvimento e justiça (Jenkins et al., 2016; Sovacool & Dworkin, 2015). O conceito de transição justa surgiu em parte em resposta a preocupações de que políticas climáticas, se não forem cuidadosamente projetadas, podem deslocar custos para comunidades que nunca foram responsáveis pelas emissões que agora são solicitadas a mitigar. Como argumentam Newell e Mulvaney (2013), as transições permanecem embutidas dentro das economias políticas capitalistas, de modo que a lógica extrativa do desenvolvimento pode persistir mesmo quando a fonte de energia muda. Essa percepção fundamenta o argumento central da tese de que a expansão da energia eólica do Ceará pode ser renovável enquanto ainda produz injustiça.

A estrutura de justiça é convencionalmente organizada em torno de três dimensões interconectadas (Jenkins et al., 2016; Sovacool & Dworkin, 2015): A justiça processual pergunta se os processos de tomada de decisão são justos, transparentes e genuinamente inclusivos - não apenas se ocorre uma consulta formal, mas se as perspectivas da comunidade podem moldar resultados de maneira significativa, em vez de serem registradas e sobrepostas, como muitas vezes é o caso.

Referencial Conceitual

A pesquisa sobre a governança da energia eólica no Ceará destaca consistentemente formas de participação simbólica em que as comunidades afetadas são formalmente consultadas, mas possuem pouca influência real (Brannstrom et al., 2017; Mendes et al., 2025).

A justiça distributiva diz respeito a como os benefícios e encargos são distribuídos, abordando quem ganha e quem arca com os custos da transição. Pesquisadores notam cada vez mais que os benefícios tendem a se concentrar entre investidores, corporações e centros urbanos, enquanto as comunidades locais absorvem custos ambientais, sociais e territoriais desproporcionais (Sovacool & Dworkin, 2015; Brannstrom et al., 2022). A pesquisa de Brannstrom et al. (2022) em três comunidades no Ceará descobriu que os benefícios percebidos estavam alinhados com os meios de vida locais e que a consulta transparente é o principal preditor do apoio da comunidade à energia eólica - uma constatação que sugere que as comunidades não estão exigindo o impossível, mas exatamente as condições que a literatura mostra que gerariam aceitação.

A justiça de reconhecimento diz respeito a se as identidades, conhecimentos e experiências das comunidades afetadas são levadas a sério dentro da tomada de decisão. Vai além de reconhecer que as comunidades existem e questiona se suas *maneiras* de entender e se relacionar com seu território são reconhecidas como legítimas. No contexto da energia eólica, pesquisadores argumentam que as comunidades frequentemente são excluídas não apenas das decisões, mas também de ter seu conhecimento e valores tratados como válidos dentro dos processos de planejamento e avaliação ambiental (Jenkins et al., 2016; Sovacool & Dworkin, 2015). Tal tem sido o caso das comunidades quilombolas, cujas relações com o território são frequentemente negligenciadas, apesar de serem centrais para como elas vivem e respondem às iniciativas de desenvolvimento sustentável.

2.2 Territorialidade e perspectivas quilombolas

Embora essas três dimensões expliquem muitos aspectos do caso Cumbe, elas não abordam completamente uma questão central: o território em si. Ao longo do trabalho de campo, os participantes descreveram o território como muito mais do que terra ou propriedade econômica. Era entendido como a base do meio de vida, identidade, memória, autonomia e vida coletiva. Isso se alinha com

Estrutura Conceitual

a literatura mais ampla sobre a territorialidade quilombola, que enfatiza as relações coletivas com a terra enraizadas na ancestralidade, resistência e reprodução comunitária (Leite, 2000).

Os Quilombos foram originalmente formados por africanos escravizados que escaparam durante o período colonial no Brasil e se desenvolveram em comunidades organizadas em torno de relações territoriais coletivas e resistência à despossessão. Essa compreensão vivida do território reflete os próprios sistemas de conhecimento tradicionais do Cumbe, nos quais as práticas de pesca e coleta de crustáceos, a memória oral e o significado simbólico das dunas e manguezais são inseparáveis da terra e da identidade (Aragão dos Santos, 2018). Essas histórias continuam a moldar como o território é compreendido e defendido no presente, e a literatura recente, autorada pela comunidade, demonstra que a territorialidade quilombola no Cumbe é constituída por uma rede de práticas coletivas, memórias e direitos que resistem à mercantilização (do Nascimento et al., 2023). O território no Quilombo do Cumbe é uma relação social vivida inseparável das práticas cotidianas, memórias e identidades que constituem a vida comunitária. Essa compreensão também ajuda a explicar uma descoberta importante do trabalho de campo: ela ajuda a esclarecer por que intervenções que podem parecer relativamente pequenas ainda podem ser vivenciadas como violações sérias, pois o que está em disputa não é apenas o acesso a um recurso, mas a base da vida em si.

Castro e Santos (2025), em pesquisa participativa realizada diretamente em Cumbe, mostram como a comunidade trata seus corpos d'água, manguezais, dunas e zonas de pesca como bens comuns que requerem gestão coletiva, identificando 110 corpos d'água e 423 práticas territoriais associadas dentro do território - uma densidade de relacionamento que a implementação de energia renovável perturba. A própria produção intelectual de Cumbe ecoa isso, onde os membros da comunidade teorizam o território através dos conceitos de *bem viver*³ e

³ *Bem viver* ('bom viver') é um conceito enraizado nas cosmologias indígenas da América Latina, que denota o bem-estar coletivo alcançado por meio da harmonia entre pessoas, comunidade e território, como uma alternativa aos modelos de desenvolvimento voltados para o crescimento.

Estrutura Conceitual

*biointeração*⁴ - uma estrutura autodeterminada para entender a inseparabilidade de corpos, conhecimento e sobrevivência territorial (do Nascimento et al., 2023)

2.3 Corpo-território

A análise também se baseia no conceito decolonial latino-americano de *cuero-território* (corpo-território), desenvolvido mais proeminentemente por Zaragocin e Caretta (2021). À medida que o trabalho de campo progredia, essa estrutura tornou-se cada vez mais útil para interpretar as experiências dos participantes, especialmente após a oficina corpo-território, onde os participantes trouxeram à tona formas de dano que nem a estrutura de justiça energética nem a literatura sobre territorialidade puderam explicar completamente. Zaragocin e Caretta argumentam que o conflito ambiental não pode ser entendido apenas através da terra, infraestrutura ou danos ecológicos, porque o território é vivenciado pelo próprio corpo. O dano se estende além do espaço físico, incluindo experiências emocionais, psicológicas e intergeracionais.

Significativamente, as avaliações ambientais focam quase exclusivamente em impactos ecológicos ou econômicos mensuráveis; estudos técnicos podem documentar níveis de ruído, mudanças no uso do solo e danos à infraestrutura, mas não conseguem capturar a ansiedade que se instala na vida cotidiana de uma comunidade, a exaustão de lutar a mesma batalha ao longo de décadas, ou o medo associado à perda de acesso a espaços que sustentam a vida coletiva. A estrutura corpo-território também introduz dimensões temporais específicas que estão amplamente ausentes da pesquisa sobre justiça energética; os participantes expressaram repetidamente preocupação de que as gerações mais jovens não experimentariam o território como as gerações anteriores. Discussões sobre 'o direito à memória' capturaram isso precisamente: o que está ameaçado não é apenas o meio de vida atual, mas a capacidade futura da comunidade de se reproduzir socialmente, culturalmente e ecologicamente ao longo das gerações.

⁴ *Biointeração* ('bio-interação') refere-se à relação encarnada e recíproca entre os membros da comunidade e seu ambiente ecológico, através da qual conhecimentos, práticas de cura e de sobrevivência são sustentados.

2.4 Fundamentos teóricos

A tese combina duas perspectivas teóricas principais, fundamentadas em uma epistemologia decolonial que trata a comunidade Quilombola como produtora de conhecimento (Teffo, 2011; Sultana, 2022). A primeira, a pesquisa sobre justiça energética e transição justa, conceptualiza uma transição justa por meio da justiça processual, distributiva e reconhecedora (Jenkins et al., 2016; Sovacool & Dworkin, 2015; McCauley & Heffron, 2018) e pelos princípios de participação, equidade e um processo de mudança justo (Newell & Mulvaney, 2013). Ela explica como uma transição pode ser injusta no processo e na distribuição, mas permanecer territorialmente rasa, tratando o território como um pano de fundo em vez de um solo de justiça. A segunda, ideologias sobre território e justiça territorial, conceptualiza a territorialidade quilombola como meio de vida coletiva, identidade, memória e reprodução social (Leite, 2000; Escobar, 2008) e, através do conceito de corpo-território, enquadra o dano como incorporado, emocional e intergeracional (Zaragocin & Caretta, 2021). Ela captura o que o território significa e como o dano é vivido, mas raramente é trazida ao diálogo com transições energéticas renováveis. Quando consideradas juntas, essas perspectivas revelam uma lacuna na literatura: a justiça energética carece de uma lente territorial, enquanto a pesquisa territorial não foi aplicada às transições energéticas, de modo que - tomadas isoladamente - nenhuma pode explicar completamente por que uma transição de energia limpa é vivida como injusta em Cumbe.

2.5 Lacuna de conhecimento e a contribuição desta tese: rumo à Justiça Territorial

A pesquisa existente sobre conflito de energia eólica no Ceará documentou falhas de governança, conflito territorial, mudança ambiental e impactos socioambientais (Brannstrom et al., 2017; Gorayeb et al., 2018; Castro & Santos, 2025), e a pesquisa sobre justiça energética demonstrou que as transições renováveis não são automaticamente justas. Mesmo assim, três questões recebem relativamente pouca atenção: Primeiro, enquanto o conflito é bem documentado, menos atenção foi dada à distinção entre a oposição à própria energia renovável e a oposição à forma como ela é implementada, assim como à maneira como as comunidades afetadas entendem e articulam sua resistência. Em segundo lugar, enquanto o conflito territorial é frequentemente identificado como um resultado, menos atenção foi dada a como as comunidades tradicionais

Quadro Conceitual

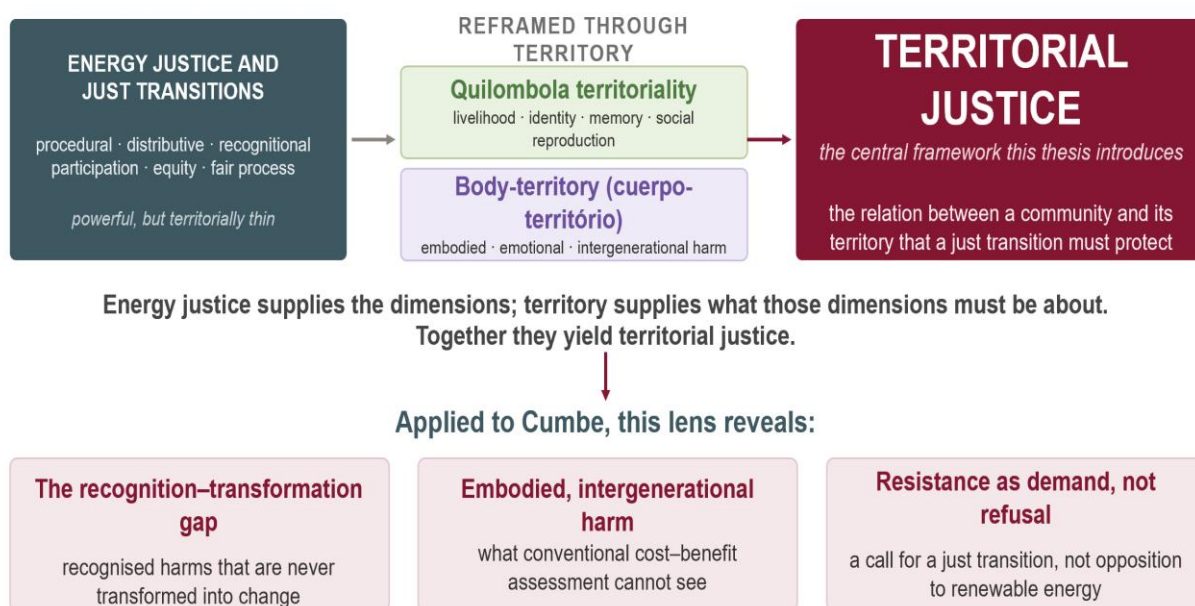
as comunidades conceitualizam o território e como essas compreensões moldam experiências de justiça. Finalmente, relativamente poucos estudos examinando as experiências comunitárias ao lado das perspectivas de governança para entender por que os danos reconhecidos permanecem não resolvidos. Juntas, essas limitações apontam para uma lacuna conceitual: o território permanece amplamente ausente dos atuais frameworks de justiça energética, apesar de sua importância em entender como a justiça é vivida pelas comunidades baseadas em locais.

Esta tese utiliza a ideia de justiça territorial para nomear o vínculo entre uma comunidade e seu território que qualquer transição justa genuína deve proteger, fazendo duas principais contribuições fundamentadas no caso Cumbe. Inicialmente, demonstra a *lacuna de reconhecimento-transformação*: que os atores de governança frequentemente reconhecem os danos que as comunidades descrevem, no entanto, a implementação continua em grande parte inalterada, o que desloca a questão analítica de se os danos são conhecidos para por que saber deles não muda nada. Conceitualmente, argumenta que essa lacuna, e as dimensões de dano que a justiça energética não consegue ver, tornam-se legíveis apenas quando o território é colocado no centro da análise. A justiça territorial não substitui a justiça processual, distributiva e reconhecedora; ela as aprofunda ao chamar a atenção para as relações através das quais as comunidades *mesmas* definem o que é valioso, significativo e digno de proteção.

Quadro Conceitual

2.6 Um quadro conceitual integrado

Figura 1: Quadro conceitual



A Figura 1 ilustra como essas duas vertentes da literatura são reunidas dentro da estrutura analítica utilizada nesta tese. A justiça energética e a pesquisa sobre transição justa fornecem as dimensões de uma transição justa - processual, distributiva e reconhecedora (Jenkins et al., 2016; Sovacool & Dworkin, 2015; McCauley & Heffron, 2018), juntamente com a participação, equidade e processo justo enfatizados pelo pensamento de transição justa (Newell & Mulvaney, 2013) - mas dizem pouco sobre o território em si. Por outro lado, a territorialidade quilombola e o corpo-território fornecem o que essas dimensões devem abarcar: a importância do território na luta pela justiça, e como o dano é vivido de forma incorporada, emocional e intergeracional (Zaragocin & Caretta, 2021). Nesta tese, a justiça territorial é utilizada para conectar essas perspectivas - o forte vínculo entre uma comunidade e seu território que qualquer transição justa genuína deve proteger.

Embora o termo tenha origem na geografia, onde denota a correspondência espacial entre necessidades e a provisão de serviços públicos (Boyne & Powell, 1991), ele é reorientado aqui

Quadro Conceitual

em torno da relação vivida entre uma comunidade e seu território. Isso não substitui as três dimensões estabelecidas da justiça energética, mas desloca levemente o foco: a justiça processual torna-se uma questão de quem detém autoridade sobre um território, em vez de quem participa de uma audiência; a justiça distributiva diz respeito a bens territoriais - acesso, continuidade e integridade de uma paisagem - que não podem ser resolvidos apenas por compensação; e a justiça de reconhecimento se estende além do reconhecimento da identidade da comunidade para reconhecer o território, as relações e o conhecimento que o sustentam (Nine, 2018). Aplicar essa estrutura ao Cumbe destaca várias questões que as estruturas convencionais de justiça energética não capturam completamente: danos reconhecidos que nunca são transformados em mudanças, danos que são incorporados e intergeracionais, e resistência que é uma demanda por uma transição justa em vez de oposição à energia renovável.

3. Metodologia

3.1 Desenho da pesquisa

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de estudo de caso interpretativo para examinar como as pessoas no Quilombo do Cumbe experienciam, respondem e resistem à expansão da energia eólica. A pesquisa prioriza a experiência vivida e as perspectivas da comunidade. Em vez de tratar a comunidade apenas como uma fonte de dados, reconhece os participantes como detentores de conhecimento, agência política e expertise territorial. Este compromisso reflete críticas decoloniais à prática de pesquisa extrativa (Teffo, 2011) e se alinha ao quadro de justiça da tese, que questiona cujo conhecimento conta e como as relações de pesquisa devem ser formadas. Uma abordagem de estudo de caso foi escolhida porque permite um exame aprofundado dos processos sociais, significados e relações de poder em um contexto específico. Embora Cumbe não seja representativa de todas as comunidades quilombolas ou conflitos de energia renovável, oferece um caso particularmente valioso para explorar como a expansão da energia renovável é vivenciada em uma comunidade com uma longa história de luta territorial. O objetivo é gerar insights analíticos sobre debates mais amplos sobre justiça energética, direitos territoriais e transições justas, em vez de produzir resultados estatisticamente generalizáveis. Considerações éticas, incluindo a natureza verbal e informal do consentimento apropriada a este contexto comunitário, são detalhadas em [Apêndice A](#).

3.2 Entrando no campo e uma mudança metodológica

O trabalho de campo se desenvolveu de maneira diferente do que eu havia planejado inicialmente. Antes de entrar em Cumbe, passei um tempo em Fortaleza conhecendo pesquisadores e estudantes da Universidade Federal do Ceará, ativistas e profissionais que trabalham em conflitos socioambientais na região. Essas conversas moldaram tanto minha compreensão do contexto regional quanto as decisões metodológicas que se seguiram, fornecendo informações históricas e políticas importantes e destacando a sensibilidade de certos métodos dentro de comunidades envolvidas em disputas em andamento. Inicialmente, o design combinava entrevistas semiestruturadas com uma oficina de cartografia social destinada a explorar as relações da comunidade com a paisagem de dunas, lagoas e zonas de pesca. No entanto, uma entrevista sobre mapeamento participativo esclareceu que no Ceará, a cartografia social é política: ela produz materiais técnicos que as comunidades usam ativamente em lutas por energia eólica, cultivo de camarões e direitos de terra (Saija & Pappalardo, 2018; Duggan & Gutierrez-Ujaque, 2025; Avila et al., 2022). Esses materiais são muitas vezes tratados como sensíveis e desenvolvidos por meio de relações de confiança, em vez de serem compartilhados com externos.

Metodologia

pesquisadores. Porque entrei na comunidade sem um mandato estabelecido, solicitar um exercício de mapeamento arriscou reproduzir as dinâmicas extrativas que a pesquisa buscava evitar. Embora isso exigisse alterar o design original da pesquisa, acabou fortalecendo o estudo ao incentivar uma abordagem mais relacional centrada na escuta, observação e testemunho incorporado. Assim, a oficina corpo-território serviu como uma ferramenta metodológica e conceitual central.

3.3 Métodos de coleta de dados

Três métodos principais foram empregados: entrevistas semiestruturadas, observação participante e uma oficina corpo-território. Entrevistas profundas de narrativa de vida foram realizadas com membros da comunidade representando dez famílias diferentes do Quilombo e com variadas formações - pescadores, jovens, anciãos, artesãos, ativistas e praticantes de turismo comunitário - utilizando amostragem em bola de neve. Esses participantes foram selecionados especificamente para garantir diversidade em relação à idade, gênero, meio de vida e engajamento político. Além disso, cinco entrevistas foram conduzidas com atores de governança e institucionais, incluindo representantes da SE MACE, SEMA e do Instituto Terramar⁵. Essas entrevistas não tinham a intenção de fornecer um contrabalanço às perspectivas da comunidade, mas sim entender como os atores de governança interpretaram e responderam às preocupações comunitárias. As entrevistas semiestruturadas permitiram que os participantes direcionassem as conversas para questões que consideravam mais importantes, mantendo o foco nas perguntas de pesquisa. Temas recorrentes incluíram disrupção territorial, consulta fraca, cercamento de espaços comunitários, divisão comunitária e impactos no meio de vida.

A oficina corpo-território, inspirada pela abordagem *cuerpo-território* (Zaragocin & Caretta, 2021), envolveu aproximadamente vinte participantes em três grupos, que coletivamente mapearam os impactos da energia eólica e do conflito territorial em contornos corporais, identificando efeitos físicos, emocionais, sociais, territoriais e intergeracionais. A observação participante foi realizada ao longo de aproximadamente uma semana vivendo dentro da comunidade, permitindo a imersão na vida territorial cotidiana além dos contextos formais de pesquisa; muitos insights significativos emergiram fora das entrevistas formais.

3.4 Análise de dados

Aplicar esses conceitos durante o período de trabalho de campo exigiu numerosas decisões metodológicas. A justiça processual foi operacionalizada por meio de questões sobre quem foi consultado, quando e com que influência sobre os resultados; a justiça distributiva, através de questões sobre quem obteve emprego,

⁵ Um grupo de advocacy ambiental baseado no Ceará.

Metodologia

compensação, ou acesso à infraestrutura, e quem arcou com custos ambientais ou sociais; e a justiça de reconhecimento por meio de perguntas sobre se e como o conhecimento comunitário, a história e a autoridade sobre o território foram reconhecidos por desenvolvedores e atores governamentais. O corpo-território foi operacionalizado diretamente através do exercício criativo de desenho da oficina, no qual os participantes marcaram impactos físicos, emocionais e sociais em contornos do corpo, traduzindo um conceito teórico abstrato em um método de expressão concreto e liderado por participantes.

Todas as entrevistas foram transcritas e analisadas juntamente com as saídas do workshop e notas de campo, utilizando a análise temática, seguindo um processo de duas etapas que combina abordagens dedutivas e indutivas. A primeira etapa baseou-se em conceitos do referencial conceitual - justiça processual, distributiva e reconhecedora, territorialidade quilombola e corpo-território - que forneceu uma estrutura inicial para a análise, permitindo a emergência de novos temas a partir dos dados. A segunda etapa envolveu codificação indutiva fundamentada na própria linguagem dos participantes. Os códigos recorrentes incluíram território, meio de vida, memória, medo, consulta, divisão, resistência e continuidade coletiva.

As entrevistas de governança foram codificadas como uma linha institucional separada para que as perspectivas comunitárias e de governança pudessem ser analisadas em conjunto.

Os desenhos do workshop foram interpretados juntos com as discussões que os acompanhavam. Todas as atividades foram realizadas em português com o apoio de um intérprete.

Para proteger os participantes, todos os indivíduos são identificados por função em vez de nome.

3.5 Posicionalidade e reflexividade

Minha posicionalidade como mulher negra de ascendência africana moldou tanto o processo de pesquisa quanto minhas interações dentro da Comunidade Quilombola. Os participantes ocasionalmente faziam referência a histórias compartilhadas de ascendência africana de maneiras que pareciam facilitar a confiança, no entanto, a identidade racial compartilhada não eliminou as diferenças significativas em poder, mobilidade, educação e posição institucional que separavam um pesquisador de origem europeia dos membros da comunidade que viviam em contínua vulnerabilidade territorial. Manter-me ciente dessas assimetrias foi uma parte importante do processo de pesquisa, já que eu pretendia permanecer atenta às limitações envolvidas na interpretação de experiências que não são minhas.

A amostragem em bola de neve, realizada através das redes da Associação Quilombo do Cumbe, foi apropriada dada a ênfase específica da pesquisa na experiência e resistência quilombola. A

Metodologia

descoberta deve ser interpretada como representativa das perspectivas quilombolas organizadas, em vez das opiniões de todos os residentes de Cumbe.

O trabalho de campo também desafiou minhas suposições iniciais sobre a natureza da resistência da comunidade, uma mudança discutida mais adiante em [Capítulo 9](#) juntamente com suas implicações para os achados. As principais limitações - um breve período de trabalho de campo, dependência de um intérprete e uma pequena amostra de governança - são tratadas mais adiante na [Discussão](#), onde suas implicações para os achados são consideradas em detalhes.

4. Contexto Geográfico e Histórico

4.1 Conflitos de energia eólica no Ceará

Este capítulo começa situando o caso Cumbe dentro da literatura mais ampla sobre conflitos de energia eólica no Ceará. Um substancial corpo de bolsas de estudos regionais fornece o pano de fundo em que esta tese está inserida. Brown (2011) descreve o Ceará como um exemplo importante para o debate global sobre como a energia renovável pode crescer de forma sustentável no Sul Global, mas também como um caso em que empresas de energia eólica consistentemente prometeram benefícios para as comunidades enquanto entregavam cargas locais e ganhos regionais. Sua análise documenta como as promessas de emprego se mostraram falsas, como as empresas miravam comunidades locais politicamente mais fracas e como as respostas corporativas à resistência se concentraram na coerção em vez de na negociação. Góes et al. (2021) demonstram de maneira semelhante como as narrativas de desenvolvimento regional em torno da energia eólica sistematicamente obscureceram esses custos locais, moldando a expansão como um caminho para a modernidade sem levar em conta quem pagou seu preço. Trabalhos mais recentes afinaram a crítica: Gorayeb et al. (2018) caracterizam os processos de planejamento como semelhantes a modelos de 'decidir-anunciar-defender', nos quais decisões são tomadas antes que as comunidades sejam consultadas, e Mendes et al. (2025), em uma análise crítica do Plano de Transição Justa de Energia do Ceará, encontraram uma ausência quase completa de instrumentos de justiça, com o plano apresentando um desempenho muito ruim em justiça processual, em particular. Estudos de propostas de parques eólicos offshore para planos futuros estendem essas descobertas para a costa, documentando audiências públicas nas quais representantes de empresas desconsideraram as preocupações dos pescadores e as autoridades municipais usaram as reuniões para promover em vez de scrutinizar projetos (Gorayeb et al., 2024). No geral, a literatura sugere que as dinâmicas observadas em Cumbe não são únicas, mas características de um modelo regional, e é exatamente por isso que o caso pode dialogar com debates mais amplos sobre injustiça territorial dentro das transições energéticas.

Embora a literatura documente esses conflitos em detalhes consideráveis, ela dá menos atenção a como devem ser compreendidos conceitualmente. Mostra que o conflito se repete, que a consulta é fraca e que os benefícios são distribuídos de forma desigual, mas tende a tratar o território como o cenário onde essas injustiças ocorrem, em vez de como o *próprio objeto* da injustiça. Esta tese se baseia nessa literatura ao interpretar explicitamente esses conflitos recorrentes através do conceito de justiça territorial, e ao ler esses conflitos recorrentes como falhas de justiça territorial, além de mostrar o que se torna visível quando o território é colocado no centro da análise.

Contexto Geográfico e Histórico

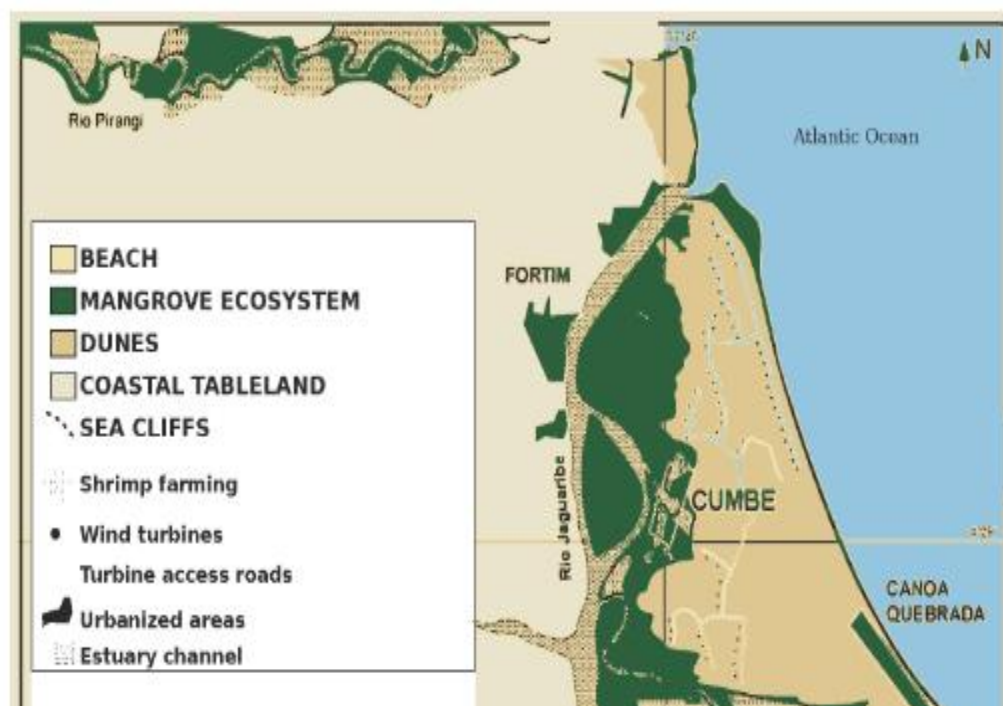
4.2 Apresentando Cumbe



Figura 2: Localização da área de estudo dentro do Brasil e da região do Ceará

Meu trabalho de campo foi realizado em Cumbe, uma comunidade Quilombola no município de Aracati, na costa leste do Ceará, nordeste do Brasil (*Figura 2*; o detalhamento mostra a posição do Ceará dentro do Brasil). Fortaleza, a capital do estado e a grande cidade mais próxima, está localizada a aproximadamente 150 km por estrada a noroeste, e foi a base a partir da qual entrei em campo e me reuni com contatos na Universidade Federal do Ceará antes de viajar para Cumbe para a pesquisa principal dentro do Quilombo.

Figura 3: Cobertura do Solo e Infraestrutura no Cumbe



Cobertura do solo e infraestrutura no território do Cumbe: praia, ecossistema de mangue, dunas, tabela costeira e falésias marinhas, juntamente com áreas de cultivo de camarões, turbinas eólicas e suas estradas de acesso, áreas urbanizadas e o canal do estuário do Jaguaribe⁶. Fonte: Adaptado de Pinto et al. (2014) - um estudo co-autorado por um membro do Quilombo do Cumbe.

Cumbe está situado na margem direita do Rio Jaguaribe, ocupando uma paisagem costeira dinâmica de dunas, lagoas interduna, manguezais, praias e zonas de pesca que são não apenas ecologicamente significativas, mas também centrais para a vida da Comunidade Quilombola. Assim, a identidade Quilombola contemporânea no Cumbe permanece profundamente conectada ao território, ancestralidade, memória coletiva e continuidade comunitária (Leite, 2000), e o território é compreendido não como terra ou propriedade, mas como a base do meio de vida, reprodução cultural, autonomia e existência coletiva. Compreender os conflitos contemporâneos em torno da energia eólica requer entender a crucial relação histórica entre a comunidade e seu território.

As características da paisagem costeira também ilustram a importância dessa relação territorial; as dunas, lagoas interdunares e manguezais formam um sistema interconectado no qual água, vegetação e zonas de pesca dependem umas das outras. Assim, uma intervenção em um elemento -

⁶ O Rio Jaguaribe é o maior rio do Ceará e um importante sistema de água doce que deságua no Oceano Atlântico, moldando os ecossistemas costeiros e o meio de vida das comunidades ao longo de sua bacia inferior.

Contexto Geográfico e Histórico

o sepultamento de uma laguna, a compactação de uma duna, o desvio de um curso d'água - afeta consequentemente toda a área e seus habitantes. As conexões ecológicas dentro dessa paisagem se refletem na organização da vida comunitária, onde meios de vida e práticas cotidianas também dependem dessas relações, como a pesca. O reconhecimento formal de Cumbe como uma Comunidade Quilombola, e o processo associado, frequentemente prolongado, de demarcação de terras, está em tensão com essa integridade vivida do território: o reconhecimento no papel não impediu o cercamento dos espaços que esse reconhecimento deveria proteger, e o próprio processo de demarcação tem sido dificultado pelas divisões comunitárias que os sucessivos projetos de desenvolvimento produziram (Ramirez et al., 2023).

4.3 Ciclos de conflito territorial

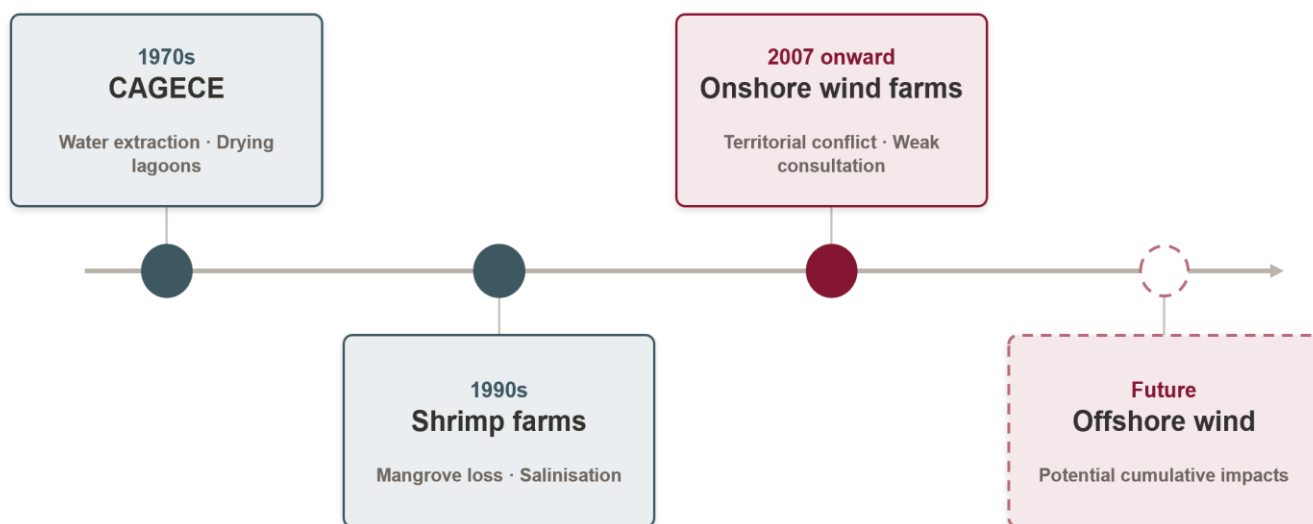
Membros da comunidade situaram consistentemente a energia eólica dentro de uma história mais longa de intervenções territoriais, descrevendo-a não como um projeto isolado, mas como o estágio mais recente em um processo mais amplo que transformou o acesso à terra, água e bens comuns ao longo de décadas (*Figura 4*). Três ciclos principais foram repetidamente identificados: extração de água subterrânea pela CAGECE⁷ desde a década de 1970, cultivo industrial de camarões a partir da década de 1990 e expansão da energia eólica a partir de 2007. Os participantes descreveram frequentemente essas intervenções como compartilhando um padrão comum - chegando por meio de narrativas e promessas de desenvolvimento, enquanto na verdade produziam cercamento territorial e degradação ambiental. Castro e Santos (2025) argumentam de maneira semelhante que esses ciclos sucessivos representam formas interconectadas de apropriação capitalista da natureza, cada um reduzindo o acesso da comunidade a recursos comuns enquanto beneficia atores externos.

⁷ Companhia de Água e Esgoto do Ceará

Figura 4: Ondas sucessivas de desenvolvimento e conflito territorial em Cumbe

(década de 1970 -
presente)

Wind energy as the latest cycle in a longer history of territorial transformation



Esta figura ilustra como os membros da comunidade situam o desenvolvimento contemporâneo de energia eólica dentro de uma história mais longa de intervenções territoriais, incluindo a extração de água subterrânea pela CAGECE e o cultivo industrial de camarões. Enquanto cada fase foi promovida por meio de narrativas de desenvolvimento, modernização ou sustentabilidade, os participantes descreveram experiências recorrentes de cercamento territorial, degradação ambiental e acesso restrito a recursos comunitários. A proposta de expansão da energia eólica offshore levanta preocupações sobre a continuidade dessas dinâmicas.

O primeiro ciclo começou por volta de 1977 com a chegada da CAGECE, a empresa estadual de água do Ceará. A infraestrutura instalada dentro do sistema de dunas possibilitou a extração de água subterrânea em larga escala, transformando a água que antes era acessível livremente em um recurso mercantilizado. Como explicou um líder do Quilombo do Cumbe, “dizemos que houve um roubo de água. A água pertencia a todos, mas agora temos que pagar um preço alto para acessá-la.” Os participantes relacionaram a extração nesse período à salinização de poços, redução da produtividade agrícola e ao ressecamento das lagoas.

O segundo ciclo emergiu através do cultivo industrial de camarões na década de 1990, que os participantes descreveram como uma grande fonte de degradação e cercamento: os manguezais foram desmatados, os sistemas hídricos poluídos e áreas anteriormente usadas para pesca tornaram-se inacessíveis. Um pescador e membro da diretoria da associação chamou isso de “a maior privatização do território,” observando que as fazendas de camarões deslocaram um meio de vida que sustentava muito mais pessoas por unidade de terra do que a indústria que o substituiu - “estudos mostram até que um hectare de manguezal sustenta numerosas famílias, enquanto um hectare de camarões

Contexto Geográfico e Histórico

a agricultura emprega apenas uma pessoa.” A pesquisa de Castro e Santos (2025) documenta danos ecológicos extensivos do cultivo de camarões. Um educador comunitário com quem conversei uniu esses ciclos pelo conceito de “enclosure expulsiva”: com a extração de água, o cultivo de camarões e a energia eólica juntos, “as fazendas de camarões estão cercando a aldeia... estamos sendo confinados em uma área cada vez menor à medida que essas empresas se expandem.” Importante, a resistência durante este período - ocupações, campanhas ambientais e mobilização coletiva - construiu a experiência organizacional e as redes políticas que mais tarde moldariam a resistência à energia eólica.

4.4 Energia eólica, divisão e a zona de sacrifício

A energia eólica chegou a Cumbe em 2007, com enormes turbinas instaladas por toda a paisagem de dunas, promovida por meio de narrativas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade climática. No entanto, pesquisas documentaram os impactos ambientais prejudiciais dessas turbinas, incluindo a remoção da vegetação nativa, achatamento das dunas, enterramento de lagoas interduna, alteração dos fluxos da água, compactação do solo e acesso territorial restrito (Meireles et al., 2013). Mais recentemente, desenvolvimentos propostos offshore geraram novas preocupações: o Ceará possui aproximadamente 2,6 GW de capacidade instalada em terra e se tornou um importante centro para a energia eólica offshore proposta, com cerca de 26 projetos representando cerca de 66 GW de capacidade potencial (Gorayeb et al., 2025). Muitos participantes viam a energia eólica offshore como uma continuação de padrões de desenvolvimento anteriores, em vez de um novo começo. Vários deles também a descreveram como uma fonte de insegurança e medo.

O conflito da energia eólica também intensificou as divisões internas dentro da região, através do que os participantes descreveram como uma estratégia deliberada de 'dividir e conquistar'; as empresas ofereceram emprego condicionado à saída da associação da comunidade Quilombola, enquadraram sua resistência como oposição ao desenvolvimento e apoiaram a criação de uma associação rival conhecida como Associação de Moradores do Cumbe e Canavieira (AMCC)⁸ alinhada com interesses corporativos (Aragão dos Santos et al., 2020). Essa dinâmica é consistente com as descobertas da comunidade Xavier⁹, outro assentamento do Ceará, onde a construção do parque eólico gerou, de forma similar, conflito interno entre os moradores.

⁸ Tradução: Associação de Moradores de Cumbe e Canavieira

⁹ A comunidade Xavier é uma comunidade costeira tradicional em Camocim, Ceará, que se tornou um caso bem documentado dos impactos sociais e territoriais do desenvolvimento de energia eólica.

Contexto Geográfico e Histórico

seguindo a oferta da empresa de medidas compensatórias e emprego temporário (Gorayeb et al., 2016).

Os participantes também descreveram *grilagem* - apropriação de terras por meio de documentos de propriedade fraudulentos e envelhecidos artificialmente - argumentando que a despossessão frequentemente começava antes da construção. Juntas, essas dinâmicas mostram que os conflitos em torno da energia renovável vão além de disputas técnicas e ambientais, incluindo questões de território, identidade, autoridade e visões concorrentes de desenvolvimento. Por fim, o contexto regional aprofunda a importância do caso; Ceará possui uma das taxas de pobreza mais altas do Brasil, e dezenas de milhares de pessoas carecem de eletricidade confiável, mesmo com o estado produzindo energia renovável em grande escala (Mendes et al., 2025). Castro e Santos (2025) capturam exatamente esse paradoxo por meio do conceito de *zona de sacrifício*: territórios escolhidos para absorver os custos ambientais e sociais do desenvolvimento, enquanto recebem poucos de seus benefícios. Nesse contexto, os participantes viam a energia eólica como uma extensão da zona de sacrifício, e não como uma ruptura em relação a ela, apesar de sua apresentação como uma forma de desenvolvimento 'verde'.

PARTE II: RESULTADOS

5. Vivenciando Energia Eólica em uma Comunidade Quilombola

Através de entrevistas e observações, a energia eólica foi consistentemente vivenciada como uma interrupção ao território em si, em vez de um problema ambiental ou econômico discreto. Este capítulo aborda **como as pessoas no Quilombo do Cumbe vivenciam o desenvolvimento de energia eólica**, demonstrando que a energia eólica é experienciada não apenas como infraestrutura energética, mas como uma transformação prejudicial da vida territorial, afetando o meio de vida, a memória coletiva e a continuidade intergeracional.

5.1 Território como meio de vida

A constatação mais consistente foi que os participantes perceberam os parques eólicos como uma alteração fundamental do território, sendo que território não é entendido principalmente como terra ou propriedade, mas como a base da identidade e sobrevivência. A pesca surgiu repetidamente como a expressão mais clara dessa relação, já que a comunidade depende fortemente da pesca para sua subsistência. Uma pescadora explicou a profundidade desse vínculo: “Eu nasci aqui. Minha mãe estava pescando quando estava grávida de mim. Todos nós crescemos na água. Desde os dez anos, eu já pescava. A pesca sempre nos alimentou. Este território sempre nos sustentou.” Ela acrescentou que a pesca não é apenas uma fonte de renda, mas um amortecedor contra gastos - a comida levada para casa “evita gastos”, e assim “também é uma forma de renda.” Durante a observação participante, essas relações eram visíveis ao longo da vida cotidiana, enquanto os pescadores ocupavam o rio e outros coletavam mariscos, movendo-se entre espaços territoriais de acordo com as marés e as estações. Um pescador e membro da diretoria da associação contrastou isso diretamente com o emprego temporário oferecido pela energia eólica: “Se eu for ao rio pegar caranguejos, posso ganhar mais do que trabalhando para uma empresa. Se eu for pescar, posso ter uma boa renda diária. Se eu for coletar mariscos, também posso ganhar bem. Eu ganho mais do que trabalhando em uma empresa, e trabalho menos.” Para ele, as apostas eram existenciais e não meramente econômicas: “sem o território, acho que não existiríamos por muito tempo, porque nossa relação com ele é muito forte, de geração em geração.” Os participantes vivenciaram a energia eólica como mais do que uma mudança ambiental; ela também ameaçou formas existentes de autonomia econômica.

A distinção que os participantes fizeram não foi entre pobreza e prosperidade, mas entre dois tipos diferentes de economia: uma na qual o trabalho é próprio, flexível e ligado a um território conhecido, e uma na qual

o trabalho é remunerado, temporário e controlado por um empregador externo. Quando os participantes recusaram ou rejeitaram as oportunidades de emprego oferecidas pelas empresas - um ancião pescador disse claramente à empresa “Eu não quero um emprego... Estou lutando pelo meu povo” - eles não estavam recusando renda; estavam rejeitando trocar um meio de vida autônomo por um modelo capitalista e precário de sobrevivência. Para os participantes, o sepultamento de uma laguna ou a restrição de uma área de pesca significava muito mais do que perder um único recurso: isso reduzia a base territorial da qual a vida cotidiana dependia.

5.2 Território como reprodução social e identidade

Os participantes também descreveram o território como essencial para a reprodução da vida comunitária. Lagoas, dunas, manguezais e praias funcionavam não apenas como espaços produtivos, mas como locais de interação social, prática cultural e memória coletiva - lugares onde as pessoas lavavam roupas juntas, se reuniam com a família e ensinavam às crianças práticas tradicionais. O caráter cotidiano dessas atividades é importante: é no uso ordinário e repetido do espaço compartilhado que o conhecimento é transmitido, os relacionamentos são mantidos e uma comunidade se reproduz ao longo do tempo. A maioria dos participantes descreveu como esses espaços se tornaram cada vez mais restritos após o desenvolvimento da energia eólica. Uma delas descreveu a perda de sua *barraca* - um pequeno quiosque ou abrigo informal - perto de uma laguna: “Eu fui perseguida. A polícia foi chamada. Disseram que eu era perigosa.” A perda representava mais do que renda; representava o desaparecimento de um local coletivo para socializar e a acusação de um membro da comunidade quilombola como invasor em seu próprio território.

Os participantes frequentemente ligavam o território à sua identidade Quilombola, dignidade e autodeterminação, enfatizando que o acesso territorial permitia a independência de atores externos - uma autonomia especialmente importante dadas as histórias de escravidão, despossessão e marginalização. Como um participante refletiu: “se meu filho aprende a viver do território, ele viverá bem. Ele não passará fome.” Os participantes descreveram essas práticas de meio de vida como sistemas sofisticados de conhecimento, em vez de sinais de subdesenvolvimento.

5.3 Dano incorporado e a oficina corpo-território

A oficina corpo-território trouxe à tona dimensões de dano que não emergiram tão claramente através das entrevistas. Os resultados são demonstrados em [Apêndice A.4.3](#). Participantes mapearam medo, exaustão, mobilidade restrita, divisão comunitária, perda e preocupação com as gerações futuras diretamente em um corpo-contorno. Um participante descreveu seu desenho em detalhes: “Eu fiz linhas que vão dos pés até o

coração, e dos braços até o coração. Quando chega no pescoço, há uma única linha que é cortada na garganta. Todos os pensamentos que vêm da cabeça estão vazios. Nos pés, escrevi 'dunas e lagoas.' Nas mãos, escrevi 'frutas nativas e plantas de manguezal.'" O desenho ilustra essa ruptura quase literalmente, mostrando como os participantes entenderam que a relação entre corpo e território foi interrompida. Os grupos da oficina também descreveram "sofrimento mental, que começa na cabeça e se espalha com o tempo, até que não sentimos mais vontade de continuar lutando", ligando a exaustão de décadas de resistência diretamente à vontade de continuar resistindo.

Os participantes conectaram o conflito ambiental ao estresse crônico, ansiedade, medo de intimidação e a um catálogo de impactos físicos: doenças respiratórias entre crianças durante o período de construção empoeirado, fissuras nas casas devido à vibração de caminhões pesados, e o preenchimento de lagoas e a privatização de espaços comunitários, incluindo o cemitério. A preocupação de saúde mais séria levantada nas entrevistas dizia respeito às linhas de transmissão da área. Um educador comunitário observou que casos de doenças graves apareceram onde antes não havia nenhum, lembrando de cerca de quatro mortes de jovens e idosos que viveram muito perto da infraestrutura de transmissão, e observou que "os médicos não fazem a conexão entre os impactos ambientais e a saúde das pessoas." O medo foi descrito como uma alteração permanente na relação com o território, em vez de uma reação temporária. Um pescador relatou ter sua casa invadida por homens armados e se escondido no manguezal para evitar a prisão, e explicou que o medo tinha se transferido por gerações, relatando "até minha mãe se preocupa agora; se eu não voltar para casa a tempo, ela fica com medo; antes, ela não se preocupava assim." Outros descreveram como as mães não permitem mais que as crianças caminhem sozinhas até as dunas. Avaliações ambientais convencionais raramente capturam essas formas de dano porque se concentram principalmente em impactos ecológicos e econômicos mensuráveis (Zaragocin & Caretta, 2021).

A oficina deixou claro que a unidade de análise relevante não é o corpo individual, mas o coletivo: os participantes frequentemente alternavam entre experiências pessoais de estresse ou doença e experiências compartilhadas de medo, divisão e exaustão, tratando o dano à comunidade e o dano ao corpo como o mesmo fenômeno descrito em diferentes escalas. O conceito de corpo-território ajuda a compreender essas experiências coletivas de maneiras que avaliações técnicas não conseguem.

5.4 Dano intergeracional e o 'direito à memória'

Um achado particularmente significativo concernia às dimensões intergeracionais da mudança territorial. A oficina corpo-território articulou isso de forma mais clara através da ideia de um ameaçado 'direito à memória'. Como um participante explicou, as turbinas eólicas estavam levando do território o próprio direito à memória: falar com as gerações mais velhas que haviam vivenciado as dunas e lagoas muito antes da energia eólica revelava uma realidade, enquanto falar com as gerações mais jovens nascidas ao lado dos parques eólicos revelava outra, e pensar nas gerações que ainda estão por vir levantava a questão de 'o que permanecerá da memória do território no futuro, especialmente se não houver luta quilombola?' Essa preocupação estava visível ao longo das entrevistas. Moradores mais velhos relembrou lagoas, zonas de pesca e espaços comunitários que os moradores mais jovens nunca conheceram. Uma jovem estudante descreveu a mudança - "a maior diferença que percebi foi a paisagem... antes, as lagoas enchiam, e nós íamos lá para nos divertir; agora, elas não enchem mais, e mesmo quando enchem, há restrições". Ela também observou que as pessoas mais velhas "sentem o contraste mais" porque ela "nasceu nessa situação." Um pescador e membro da diretoria da associação localizou a mesma ansiedade no desengajamento dos jovens em relação ao território: embora seu próprio pai tivesse tido filhos que se tornaram pescadores, nenhum de seus próprios filhos deseja pescar, e ele temia que o que está sendo perdido não seja apenas um meio de vida, mas uma relação territorial.

O dano territorial opera além do presente; ele se estende por gerações, através da interrupção da memória, da transmissão de conhecimento e da continuidade cultural. Juntas, as evidências mostram que a energia eólica é vivenciada por meio de mudanças não apenas no território em si, mas também nos sistemas de meio de vida, restrições ao acesso, interrupções da reprodução social, desafios à autonomia, dano incorporado e preocupações sobre a futura transmissão de memória e conhecimento - muito mais do que apenas a infraestrutura energética.

5.5 Território como a medida de dano

Coletivamente, essas descobertas sugerem que os impactos não podem ser compreendidos como efeitos isolados. O relato da pescadora sobre ter nascido na água, a perda de uma *barraca* que também era um local de encontro, as linhas que um participante desenhou dos pés ao coração e o jovem que chora lagoas que nunca viu não são categorias separadas de efeito, mas expressões de uma única relação chave sob pressão: a relação entre a comunidade e o território que a sustenta. É por isso que

intervenções que parecem moderadas em termos técnicos são experienciadas como profundas. Em vez de afetar um único recurso, essas mudanças enfraquecem a rede mais ampla de práticas, memórias e relacionamentos através dos quais a vida comunitária é mantida (Escobar, 2008). As descobertas, portanto, sugerem que a energia eólica em Cumbe é melhor compreendida como uma *experiência territorial*, e é por essa razão que a justiça da transição não pode ser avaliada sem considerar o território como a medida central - o argumento que a seção de discussão desta tese desenvolve completamente.

5.6 O peso do lugar: Respondendo à primeira pergunta de pesquisa

Ao traçar um único fio através do meio de vida, identidade, corpo e memória, a energia eólica não é vivenciada pelos membros do Quilombo do Cumbe como uma mudança infraestrutural desconectada, mas sim como uma interrupção na relação entre a comunidade e o território que a sustenta. Os relatos de entrevistados e participantes da oficina não dizem respeito a danos separados, mas a diferentes registros da mesma perda. Essas descobertas se baseiam em pesquisas existentes sobre injustiça energética, ao mostrar que em Cumbe, o dano é experienciado primeiro e com mais consistência como territorial: uma ruptura nas práticas, relações e tradições do Quilombo (Escobar, 2008). Compreender os impactos da energia eólica em Cumbe exige tratar o território como a unidade central de análise. É por isso que as estruturas de justiça energética e transição justa sozinhas - organizadas em torno de dimensões processuais, distributivas e de reconhecimento separadas - perdem de vista o que está realmente em jogo, como as experiências dos membros do Quilombo mostraram.

6. Resistência e a Defesa do Território

"Pessoas foram silenciadas; aqueles que se opuseram foram vaiados; trouxeram pessoas de fora; o questionamento foi tratado como ignorância." Assim uma pescadora em Cumbe descreveu a audiência pública para um projeto de energia eólica: não um espaço de diálogo, mas um de humilhação. Seu relato, ecoado em entrevistas, é o ponto de partida para este capítulo, que aborda a segunda subpergunta: **Como as pessoas em Cumbe resistem ao desenvolvimento de energia eólica, e contra o que especificamente?**

6.1 Resistência não é oposição à energia renovável

Os participantes destacaram a ironia de que a demanda por energia renovável havia se originado em seus próprios movimentos sociais antes de seu desenvolvimento em Cumbe. Como explicou um educador comunitário e defensor dos direitos humanos, as lutas da comunidade contra projetos anteriores a envolveram em movimentos nacionais, através dos quais desenvolveram uma crítica aos combustíveis fósseis e começaram a advogar pela energia renovável - "então a demanda por energia limpa e renovável veio na verdade de nós, dos movimentos sociais; mas o capitalismo tem a capacidade de apropriar o que vem de nós." Uma pescadora e praticante do turismo comunitário rejeitou o termo energia limpa de imediato: "para mim, não é energia limpa; é energia injusta" - não porque a eletricidade gerada pelo vento seja inerentemente injusta, mas por causa dos processos territoriais e sociais por meio dos quais é produzida. O presidente da associação desde 2012 descreveu como a conexão da comunidade com o território permitiu que alguns resistissem às promessas persuasivas que cooptaram outros: "a discussão é muito bonita, a propaganda é muito forte, e muitas pessoas caíram nela... eu consegui me proteger desse processo de coação, porque minha conexão com o território pesa mais."

A Resistência não deve ser entendida como oposição à sustentabilidade. Como disse o mesmo participante, "não somos contra o desenvolvimento; queremos um desenvolvimento que seja respeitoso e consciente." Em vez disso, os participantes se opuseram a um modelo de desenvolvimento que vivenciaram como injusto, embora tenha sido apresentado como progressista do ponto de vista ambiental, e se alinha com a literatura que identifica uma lacuna entre o discurso climático e os impactos locais (Ramirez et al., 2023), ao mesmo tempo em que mostra como essa contradição é articulada pela própria comunidade Quilombo do Cumbe.

6.2 Injustiça processual e exclusão da tomada de decisão

A explicação mais frequentemente citada para a resistência dizia respeito à ausência de participação significativa. Os participantes descreveram repetidamente essas intervenções como seguindo um padrão semelhante. Um educador comunitário recordou que a comunidade soube do projeto eólico pelo rádio; ninguém nos consultou antes," e uma audiência pública se seguiu apenas "depois que começamos a nos organizar e questionar." Um líder de associação foi igualmente categórico: "Não fomos consultados. Tudo estava muito oculto. Vimos marcações nas dunas, mas não entendemos. A audiência pública ocorreu depois que a construção já havia começado." Uma pescadora descreveu a audiência em si como um espaço de humilhação em vez de diálogo: "as pessoas foram silenciadas; aqueles que se opuseram foram ridicularizados; questionar foi tratado como ignorância." Esses relatos estão alinhados com pesquisas que identificam padrões recorrentes de participação simbólica e planejamento decide-anuncia-defende no Ceará (Gorayeb et al., 2018; Brannstrom et al., 2022), e o relato de uma audiência em alto-mar analisado por Gorayeb et al. (2024) revela dinâmicas quase idênticas.

Os participantes descreveram a resistência como uma resposta à exclusão da tomada de decisão: quando canais formais falharam em proporcionar oportunidades significativas para participação, a mobilização coletiva, em última análise, funcionou como um dos poucos mecanismos pelos quais as preocupações comunitárias puderam ser expressas de forma segura e confortável. Muitos participantes enfatizaram que a experiência de consulta não era meramente uma questão de ausência, mas de vergonha ativa - aqueles que levantavam objeções eram descartados como ignorantes ou superados em número por pessoas trazidas de grandes cidades fora da comunidade. Esses relatos sugerem que as falhas processuais não eram meras deficiências técnicas acidentais. Em vez disso, a consulta foi estruturada de maneiras que posicionavam a comunidade como um obstáculo em vez de um participante. A constatação de Brannstrom et al. (2022) de que a consulta transparente está entre os mais fortes preditores de apoio comunitário ganha um significado mais agudo aqui: o que foi retido em Cumbe foi precisamente a condição que a literatura identifica como geradora de legitimidade em transições realmente justas.

6.3 Injustiça distributiva e benefícios desiguais

A resistência também foi moldada por percepções de custos e benefícios desiguais. Os participantes descreveram consistentemente uma situação em que as comunidades locais absorveram impactos ambientais, territoriais e sociais enquanto recebiam poucos benefícios de longo prazo. O emprego estava concentrado durante a construção

Resistência e a Defesa do Território

fase e era em grande parte temporário. As posições qualificadas eram comumente preenchidas por trabalhadores de fora da comunidade Quilombola, intensificando intencionalmente as divisões. Um grande número de participantes destacou a contradição de viver ao lado da infraestrutura energética enquanto enfrentavam altos custos de energia, descrevendo isso como uma forma de racismo ambiental: “A energia passa na nossa frente, mas não temos acesso. É cara. Somos um território rico - produzimos água, produzimos energia - mas não temos acesso a nenhum deles.” A sensação de injustiça foi agravada pela forma como os benefícios foram usados para fragmentar a comunidade. Como discutido no [Capítulo 4](#), o emprego foi supostamente oferecido sob a condição de que os trabalhadores deixassem a associação comunitária, e uma associação rival alinhada com interesses corporativos foi apoiada em sua formação. Esta contestação da identidade Quilombola pela AMCC tornou-se um local de negação histórica, com a associação utilizando fontes arquivísticas e legais seletivas para negar o status Quilombola da comunidade (Viana Júnior et al., 2025). Os participantes viam essas distribuições desiguais como mais do que resultados injustos; eles também as viam como uma forma de dividir a comunidade e enfraquecer a resistência coletiva. As entrevistas da SEMACE confirmaram que o emprego está concentrado na fase de construção e diminui durante a operação, e a literatura apoia esse padrão: Brown (2011) destaca a concentração das cargas locais e benefícios externos, enquanto Brannstrom et al. (2022) mostram que benefícios limitados e desiguais reduzem o apoio da comunidade. Esses achados sugerem que a inequidade distributiva está embutida dentro do modelo atual de desenvolvimento de energia eólica, em vez de ocorrer por acaso.

6.4 Memória histórica e desapropriação cumulativa

A energia eólica raramente foi discutida como uma intervenção isolada. Os participantes a situaram dentro de uma história mais longa de conflito, e essas experiências anteriores moldaram a forma como novos projetos foram interpretados. Como um ancião refletiu: “as promessas em torno do emprego, desenvolvimento e melhoria haviam acompanhado projetos anteriores também. Nada jamais melhorou.” Essas experiências históricas ajudam a explicar por que novos projetos são recebidos com ceticismo, ao mesmo tempo em que desafiam interpretações da resistência como irracional ou anti-desenvolvimento. No geral, os resultados sugerem que a resistência quilombola emerge de dinâmicas interconectadas - exclusão da tomada de decisão significativa, distribuição desigual de benefícios e encargos, interrupção de relações territoriais e experiências acumuladas de despossessão - e é melhor compreendida como uma resposta à implementação injusta, em vez de uma oposição à energia renovável em si.

6.5 Resistência como resposta a atitudes coloniais

Vários participantes explicaram sua resistência por meio da estrutura explícita da colonização, situando a energia eólica dentro de uma história muito mais longa de despossessão racializada. Um descreveu a chegada da energia eólica como “uma nova forma de colonização. Eles ocupam, eles cercam, eles expulsam. Eles dividem as pessoas. Eles colocam as pessoas umas contra as outras. Isso é como estratégias coloniais.” Outro conectou a dinâmica de dividir e conquistar descrita em [Capítulo 4](#) à mesma lógica: “a mesma estratégia usada pelos colonizadores na corrida pela África está sendo usada novamente.” Esses relatos colocam a energia eólica contemporânea dentro de uma história muito mais longa de ‘desenvolvimento’ extrativo. Eles também conectam o trabalho de campo à pesquisa sobre colonialismo verde, que argumenta que a expansão da energia renovável no Sul Global pode reproduzir lógicas espaciais coloniais de extração de recursos e despossessão territorial, mesmo quando realizada em nome da ação climática (Sultana, 2022; Newell & Mulvaney, 2013). A injustiça começa antes da primeira turbina: a aquisição original de terras em Cumbe através da *grilagem* foi, por si só, um ato de usurpação territorial contra uma comunidade cujas reivindicações coletivas são frequentemente não documentadas em registros formais e, portanto, estruturalmente vulneráveis à despossessão.

6.6 Resistência é diversa, sustentada e produtiva

Finalmente, a resistência em Cumbe não é apenas reativa, mas construtiva. Os participantes descreveram uma variedade de estratégias bem-sucedidas usadas para defender o território, incluindo bloqueios de rodovias, ação legal, contramapeamento, organização coletiva e o desenvolvimento de turismo baseado na comunidade. Os bloqueios foram concretos e sustentados: os participantes se lembraram de ter impedido a construção por mais de duas semanas, com um ancião pescador descrevendo um acampamento anterior de dezenove dias que parou cerca de quinze caminhões até que a empresa concordasse em umedecer as estradas contra a poeira que prejudicava as crianças e danificava casas e edifícios. A mobilização legal produziu ganhos tangíveis: um *Termo de Ajustamento de Conduta* (TAC)¹⁰ de 2013 restaurou o direito da comunidade de acesso à praia após a infraestrutura eólica a ter cercado, mesmo que grandes áreas permaneçam fora do território demarcado. O turismo baseado na comunidade surgiu como um exemplo particularmente significativo de resistência construtiva. Os praticantes enfatizaram que ele não é projetado como turismo de massa, mas como uma prática politicamente significativa que mantém a renda dentro da comunidade, educa os visitantes e apoia lutas em curso. Um participante explicou que a comunidade participa do turismo “para fortalecer nossa luta e também para gerar outra fonte de renda,”

¹⁰ Um acordo de conformidade legalmente vinculativo usado para resolver violações ambientais e outras legais.

Resistência e a Defesa do Território

recebendo ambientalistas, estudantes e professores que vêm “para entender a luta e o propósito de preservar o meio ambiente.” Isso está de acordo com um crescente corpo de pesquisa específica sobre Cumbe que documenta o turismo comunitário como uma estratégia deliberada de afirmação territorial, reforço da identidade e resistência aos modelos de desenvolvimento extrativo (Souza & Santos, 2024). Essas práticas demonstram que a resistência em Cumbe não se concentra apenas na oposição a projetos, mas na construção de uma relação alternativa com o território e o desenvolvimento - uma relação forjada em resposta à representação e exploração sustentadas. Padrões semelhantes são descritos na pesquisa de Aragão dos Santos (2018) em Cumbe, que descobriu que, enquanto o turismo convencional, liderado externamente, reproduz a mesma distribuição desigual de custos e benefícios que grandes empresas extrativas, o turismo liderado pela comunidade, em vez disso, funciona como uma prática de reterritorialização - reforçando a identidade étnica e afirmando a presença territorial.

Isso não significa que a comunidade fale com uma só voz. Um ancião pescador que liderou o bloqueio inicial foi claro ao afirmar que a situação não era uniforme: a empresa “deu empregos a algumas pessoas; algumas famílias melhoraram suas vidas financeiramente,” de modo que ele não poderia chamá-la de “puramente ruim”, mesmo insistindo que não era “puramente boa também.” Essa ambivalência é importante porque mostra que os participantes consideraram tanto os benefícios quanto os custos da energia eólica - que é precisamente por isso que a comunidade molda sua demanda como a de um modelo diferente, em vez de pedir por nenhuma energia. Isso reconceptualiza a resistência como sendo tanto defensiva quanto produtiva, e desafia narrativas que retratam a oposição local como anti-desenvolvimento. Em última análise, essas descobertas reforçam o argumento principal do capítulo: os participantes estão defendendo uma visão diferente de desenvolvimento ao invés de rejeitar o desenvolvimento por completo.

6.7 Defe Encontrando um futuro diferente: Respondendo à segunda pergunta de pesquisa

No final, a resistência não é dirigida à energia renovável em si, mas à exclusão procedural, à distribuição desigual de benefícios e à erosão da memória histórica por meio da qual a energia eólica tem sido implementada em seu território. Bloqueios, ação legal, monitoramento ambiental e turismo baseado na comunidade não são apenas atos de oposição, mas esforços ativos para construir uma relação diferente entre território e desenvolvimento - uma na qual energia, meio de vida e terra não são tratadas como interesses em competição. Os achados sugerem que essa resistência reflete a oposição à forma como o território tem sido representado e governado, em vez de uma oposição à ação climática em si, seguindo as críticas decoloniais ao desenvolvimento (Teffo, 2011; Escobar, 2008). A resistência de Cumbe não rejeita

Resistência e a Defesa do Território

a transição; insiste que a transição reconheça o território sobre o qual é construída - uma afirmação que o próximo capítulo mostra que é consistentemente não atendida pelas instituições de governança.

7. Perspectivas de Governança e a Persistência do Dano Subabordado

Um inspetor ambiental da SEMACE descreveu os desenvolvimentos eólicos em Cumbe como “enclaves de grandes estruturas técnicas sem vínculos com os territórios nos quais estão situadas.” A descrição poderia facilmente ter vindo de uma entrevista comunitária. A semelhança entre as perspectivas institucionais e comunitárias está no centro deste capítulo, que aborda a terceira pergunta de pesquisa: **como as perspectivas de governança, particularmente SEMACE e SEMA, ajudam a explicar por que os danos permanecem subabordados?** As entrevistas com governança frequentemente ecoaram, em vez de contradizer, as preocupações levantadas pelos membros da comunidade. A questão, então, não é se esses danos são reconhecidos, mas por que o reconhecimento raramente levou a mudanças significativas.

7.1 Reconhecimento da governança das preocupações comunitárias

Uma das descobertas mais surpreendentes durante a fase de pesquisa foi a medida em que os atores institucionais reconheceram as preocupações levantadas pelos membros da comunidade. Um inspetor ambiental da SEMACE identificou impactos que refletiam de perto os relatos da comunidade: nivelamento de dunas, fragmentação de ecossistemas, acesso territorial restrito, danos habitacionais causados por veículos pesados, poeira durante a construção, e a distribuição desigual dos benefícios econômicos. Os atores de governança também reconheceram que muitos dos benefícios prometidos não iam além da fase de construção. Essas entrevistas sugerem que as preocupações da comunidade não são contestadas por muitas das instituições responsáveis pela supervisão. Em vez disso, muitos dos problemas identificados pelos participantes já são reconhecidos dentro das instituições de governança.

A magnitude dessa sobreposição é fácil de ignorar. Em muitos conflitos ambientais, a disputa central é factual - as comunidades alegam danos e as autoridades negam. Esse não foi o caso em Cumbe. A descrição do inspetor da SEMACE sobre os desenvolvimentos eólicos como enclaves desconectados de seus territórios poderia facilmente ter vindo de uma entrevista com a comunidade, e seu relato dos impactos refletiu de perto as experiências descritas pelos participantes em [Capítulo 5](#). Quando os atores de governança e a comunidade concordam amplamente sobre o que está acontecendo, a questão muda de se os danos existem para por que esse entendimento compartilhado não levou a mudanças significativas. O restante deste capítulo explora essa questão.

7.2 Os limites do licenciamento ambiental e da participação

Apesar do reconhecimento claro dos danos, os atores de governança também descreveram as limitações dos sistemas de licenciamento existentes. A maioria deles explicou que as avaliações ambientais se concentram principalmente na conformidade técnica e regulatória, tornando difícil abordar as dimensões territoriais, sociais e culturais mais amplas da mudança. Como um participante observou, “aspectos mais profundos da dinâmica territorial geralmente estão ausentes e aparecem como lacunas.” Outro explicou que as avaliações de impacto são frequentemente preparadas por consultorias contratadas por desenvolvedores, levantando preocupações sobre sua independência. Eles apontaram que alguns projetos são aprovados por meio de procedimentos simplificados porque a energia eólica é classificada como tendo potencial poluente relativamente baixo. Esse padrão se estende além de Cumbe: uma análise de dezoito relatórios de impacto ambiental simplificados para parques eólicos no Ceará descobriu que os desenvolvedores dependiam sistematicamente de narrativas sobre escassez de eletricidade e urgência climática para justificar a aprovação por meio desse caminho regulatório reduzido, enquanto impactos ambientais e sociais mais amplos recebiam pouca atenção (Araújo et al., 2020). As entrevistas de governança também reforçaram as preocupações sobre participação. Funcionários reconheceram que as audiências públicas frequentemente sofrem de baixos níveis de confiança e frequentemente ocorrem tardiamente no processo de desenvolvimento, contribuindo para “um certo descrédito das audiências públicas.” Para tanto os atores de governança quanto os membros da comunidade, a questão não era apenas se a participação ocorria, mas se ela tinha alguma influência significativa na tomada de decisão (Diogenes et al., 2020; Saija & Pappalardo, 2018).

Essas limitações não são simplesmente o resultado da falta de informação; elas também refletem os tipos de impactos que o sistema de licenciamento está preparado para avaliar. Uma avaliação organizada em torno de indicadores ambientais mensuráveis a nível de projeto pode registrar ruído, remoção de vegetação e mudanças no fluxo de água. No entanto, não consegue capturar a ruptura de um relacionamento entre uma comunidade e uma laguna, o desgaste gerado por décadas de resistência ou os efeitos cumulativos de projetos sucessivos no mesmo território. Como [Capítulo 5](#) mostrou, essas dimensões territoriais de dano estão amplamente fora do alcance dos procedimentos de licenciamento existentes. Onde a energia eólica é classificada como de baixo impacto e aprovada através de procedimentos simplificados, mesmo alguns dos impactos que o sistema é capaz de avaliar podem receber uma análise limitada. Como resultado, o processo de licenciamento pode atender aos requisitos regulatórios enquanto muitos dos danos identificados pelas comunidades permanecem não documentados.

7.3 Limitações institucionais e contra-conhecimento

Os atores de governança apontaram para restrições estruturais mais amplas, descrevendo tensões entre as preocupações comunitárias e as prioridades políticas e econômicas que moldam a expansão da energia renovável. Agências ambientais operam dentro de ambientes institucionais que promovem simultaneamente investimentos e licenciamento acelerado. Um participante reconheceu que “não há clareza sobre como a agência ambiental pode agir para prevenir injustiças”, enquanto outro observou que os municípios frequentemente aprovam projetos devido aos benefícios econômicos antecipados. Esses relatos sugerem que os oficiais podem reconhecer as preocupações comunitárias, enquanto possuem capacidade limitada para mudar as estruturas mais amplas que as produzem. As restrições descritas pelos participantes foram, portanto, institucionais em vez de individuais, refletindo a posição das agências ambientais dentro de um modelo de desenvolvimento cujas prioridades não têm poder para sobrepor.

A entrevista com o Instituto Terramar situou o Cumbe dentro de uma paisagem mais ampla de conflito costeiro e enfatizou o papel da mobilização legal e da sociedade civil na abordagem de disputas sobre terra, recursos e direitos. Também destacou como a lacuna entre reconhecimento e ação é frequentemente abordada por atores externos - ONGs, pesquisadores universitários e organizações comunitárias - que traduzem a experiência vivida em formas legais e técnicas que as instituições reconhecem. Um pesquisador da SEMA descreveu a cartografia social nesses termos, explicando que ela permite que comunidades documentem relações territoriais negligenciadas em avaliações oficiais: “o mapa torna-se um documento técnico que pode ser usado oficialmente na luta para reivindicar direitos sobre o território.” O mapeamento comunitário, a ação legal e parcerias com pesquisadores emergiram como respostas práticas às limitações dos sistemas de governança existentes. Elas representam formas de contra-conhecimento produzidas porque os sistemas oficiais deixam aspectos importantes da experiência territorial não documentados (Saija & Pappalardo, 2018; Duggan & Gutierrez-Ujaque, 2025). De forma mais ampla, essas descobertas apoiam um argumento central desta tese: os membros da comunidade possuem amplo conhecimento territorial que grandes sistemas institucionais continuam a lutar ou escolher não incorporar.

7.4 A lacuna de reconhecimento-transformação: Respondendo à terceira pergunta de pesquisa

As perspectivas de governança ajudam a explicar por que os danos permanecem pouco abordados. As entrevistas sugerem que isso não se deve ao fato de os atores de governança não reconhecerem as preocupações comunitárias, mas porque as instituições existentes têm capacidade limitada para respondê-las. Os oficiais identificaram em grande parte os mesmos impactos

descritos pelos participantes, incluindo falhas processuais, disrupção territorial e a distribuição desigual de benefícios e encargos. A questão, portanto, não é uma questão de conscientização. O licenciamento ambiental prioriza a conformidade técnica e regulatória, oferecendo poucos mecanismos para abordar preocupações sociais e territoriais mais amplas. Como resultado, muitas das formas de dano enfatizadas pelas comunidades permanecem amplamente invisíveis dentro do processo de licenciamento. Os processos de participação criam oportunidades para consulta sem garantir influência significativa sobre as decisões, ajudando a explicar por que as audiências públicas são frequentemente vivenciadas como exercícios de legitimação, em vez de diálogo—um padrão também refletido nos resultados de projetos ambientais anteriores em Cumbe. As instituições de governança também operam dentro de estruturas de desenvolvimento que priorizam a expansão e o investimento em energia renovável, limitando sua capacidade de resposta, mesmo quando as preocupações são reconhecidas.

Tomados em conjunto, esses achados sugerem que os danos permanecem subaddressados não porque sejam desconhecidos, mas porque os arranjos institucionais existentes oferecem poucas oportunidades para traduzir o reconhecimento em ações significativas. Essa lacuna entre reconhecer o dano e responder a ele é o que esta tese descreve como a lacuna de reconhecimento-transformação.

8. Os Limites de uma Transição para Emissões Líquidas Zero e os Requisitos da Justiça Territorial

Este capítulo aborda a quarta subpergunta: **o que o caso Cumbe revela sobre as limitações de uma agenda de transição para emissões líquidas zero, e o que uma transição territorialmente justa exigiria?** Com base nas descobertas apresentadas nos Capítulos 5 a 7, argumenta que as limitações da transição atual são mais claramente compreendidas quando o território é tratado como a medida de justiça. O capítulo, então, descreve as condições necessárias para uma transição territorialmente justa antes de passar para a discussão mais ampla de como a justiça territorial pode ser promovida.

8.1 Os limites de uma agenda de transição para zero emissões

O limite central exposto pelo caso Cumbe é que uma transição não pode ser considerada justa simplesmente porque reduz emissões de carbono. Onde a participação é simbólica, os benefícios e encargos são distribuídos de forma desigual, os direitos territoriais são subordinados a interesses externos e os danos reconhecidos permanecem não resolvidos, a energia renovável pode reproduzir - e até aprofundar - as mesmas desigualdades que afirma abordar, independentemente de quão 'limpa' a eletricidade gerada possa ser. Uma agenda de zero emissões que mede o sucesso apenas através da descarbonização ignora essas injustiças porque elas estão fora do que esse único indicador é capaz de capturar.

Os achados de governança reforçam essa conclusão: membros da comunidade, pesquisadores, inspetores ambientais e funcionários de governança frequentemente descreviam os mesmos problemas - falhas de consulta, distribuição desigual de benefícios, disrupção territorial e conflito social - no entanto, esse reconhecimento compartilhado raramente se traduziu em mudanças significativas. A persistência desse gap não pode ser explicada pela falta de informação. Comunidades levantaram essas preocupações por décadas, pesquisadores documentaram padrões semelhantes e os próprios atores de governança reconhecem os problemas. Em vez disso, os achados apontam para a economia política da transição. A expansão da energia renovável no Ceará está integrada dentro das prioridades energéticas nacionais, agendas climáticas internacionais, fluxos de investimento estrangeiro e estratégias emergentes de hidrogênio verde. Dentro desse contexto, as preocupações comunitárias podem ser reconhecidas sem mudar a direção geral do desenvolvimento. Os funcionários conseguem reconhecer esses danos porque fazê-lo não requer necessariamente que eles desacelerem ou parem a expansão da infraestrutura. O gap entre reconhecimento e ação é, portanto, estrutural e não atitudinal; os tomadores de decisão podem ver

os danos, mas os sistemas institucionais dentro dos quais eles operam são projetados para manter a transição avançando.

Essas descobertas também sugerem que os limites de uma agenda de zero emissões não podem ser resolvidos tratando a justiça como algo a ser considerado como uma reflexão tardia. Grande parte da literatura acadêmica e das políticas apresenta a justiça como uma consideração adicional uma vez que a arquitetura técnica e financeira de um projeto já está em vigor - uma questão de compensação, mitigação ou consulta aprimorada. O caso Cumbe aponta para uma conclusão diferente. Quando a justiça, os direitos territoriais e a participação significativa são subordinados à acumulação de capital e à expansão da infraestrutura, uma transição que é ambientalmente renovável ainda pode ser socialmente injusta. No final das contas, a limitação central é territorial e não técnica. Uma agenda de zero emissões que não trate o território como uma base da justiça continuará a produzir zonas de sacrifício sob um rótulo verde.

8.2 O que uma transição territorialmente justa exigiria

Se a limitação central da agenda de zero emissões é territorial - que ela falha em registrar os danos à terra, ao meio de vida e à memória das comunidades baseadas no lugar - então as condições para uma transição mais justa também devem ser territoriais. As descobertas até agora apontam para quatro requisitos chave:

1. Autoridade Procedimental sobre o território

O padrão decide-anuncia-defende em Cumbe falhou não porque as audiências públicas estavam ausentes, mas porque não influenciaram os resultados. Uma transição justa territorial daria às comunidades autoridade genuína sobre se e como projetos entram em seu território, reconhecendo suas próprias associações e sistemas de governança, em vez de ignorá-los ou dividi-los estrategicamente.

2. Distribuição ancorada no território e no meio de vida

Empregos temporários de construção e eletricidade que a comunidade não pode pagar não constituem benefícios significativos. Os benefícios devem ser avaliados em relação ao que sustenta a vida territorial - acesso, continuidade e a integridade da paisagem. Danos passados também devem ser tratados por meio de reparação em vez de compensação pontual, refletindo os repetidos apelos dos participantes por "reparação, não compensação."

3. Reconhecimento do território e do conhecimento territorial

Sistemas de licenciamento que registram apenas impactos mensuráveis em nível de projeto continuarão a ignorar o corpo-território e o 'direito à memória'. Uma transição justa territorial reconhecerá o conhecimento comunitário - incluindo contra-cartografias - como evidência legítima nas decisões que governam o território.

4. Mudança estrutural que fecha a lacuna de reconhecimento-transformação

Como os atores de governança já reconhecem muitos desses danos, o principal obstáculo não é a conscientização, mas um modelo de desenvolvimento em que as prioridades de investimento se sobrepõem às preocupações comunitárias. Portanto, uma transição justa territorial requer arranjos institucionais que possam responder quando os danos territoriais são identificados.

Juntas, essas quatro condições redefinem o que uma transição justa que considera a importância do território e da justiça territorial exigiria. A transição falha com as comunidades quando o território é tratado como um pano de fundo para o desenvolvimento; torna-se mais justa quando o território é reconhecido como a *fundação* para decisões sobre desenvolvimento energético.

PARTE III: DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

9. Discussão

Este capítulo aborda a principal pergunta de pesquisa: **como a justiça territorial pode ser promovida no contexto da expansão da energia eólica no litoral do Ceará?** Ele se baseia nos achados da experiência vivida do território (*Capítulo 5*), resistência e defesa do território (*Capítulo 6*), a governança do dano (*Capítulo 7*), e os limites e requisitos identificados (*Capítulo 8*) para desenvolver uma resposta integrada. Em seguida, considera a contribuição mais ampla da tese para os Estudos de Desenvolvimento.

9.1 Conectando os elementos: a justiça territorial como a medida ausente

Juntas, as descobertas apresentadas nos Capítulos 5 a 8 apontam para uma única conclusão. O capítulo da experiência mostra que o território em Cumbe não é simplesmente terra em um sentido econômico, mas a base de vida para a Comunidade Quilombola. O capítulo da resistência mostra que a comunidade está defendendo essa relação, e que sua oposição não é direcionada à energia renovável em si, mas à deturpação e à perturbação de seu território. O capítulo da governança demonstra que as instituições reconhecem muitos desses danos, mas raramente agem sobre eles. O capítulo anterior argumenta que esse padrão reflete uma limitação estrutural da agenda de zero emissões. Quando vistas em conjunto, essas descobertas mostram que a injustiça da energia eólica em Cumbe se torna totalmente visível somente quando o território é colocado no centro da análise.

Esta é a contribuição conceitual central da tese. A justiça energética tem avançado o campo através de sua ênfase na justiça processual, distributiva e reconhecedora, e esses conceitos explicam muitas das dinâmicas observadas em Cumbe. As falhas de consulta refletem injustiça processual, distribuições desiguais de benefícios e encargos refletem injustiça distributiva, e a marginalização do conhecimento comunitário reflete injustiça reconhecedora (Jenkins et al., 2016; Sovacool & Dworkin, 2015). Ao mesmo tempo, os participantes raramente descreveram suas experiências nesses termos. Em vez disso, eles consistentemente retornaram ao território e à importância da terra, bem como às formas de dano que a convencional

Discussão

as avaliações de custos e benefícios não conseguem capturar. O conceito de justiça territorial pretende capturar essa dimensão. Ele não substitui as três formas de justiça estabelecidas, mas as estende. A justiça processual também deve considerar quem detém autoridade sobre um território, não apenas quem participa de uma audiência pública. A justiça distributiva deve levar em conta bens e danos territoriais - acesso, continuidade e a integridade da paisagem - que não podem ser tratados apenas por meio de compensação. A justiça de reconhecimento deve ir além de reconhecer a existência de uma comunidade Quilombola para reconhecer sua relação com o território e o conhecimento enraizado nele. Os próprios participantes expressaram essa distinção de forma mais clara por meio de sua demanda repetida por "reparação, não compensação", uma reivindicação para restaurar uma relação em vez de atribuir um valor monetário à perda. Por essa razão, a justiça territorial não é um conceito externo imposto ao caso Cumbe. Ela está fundamentada na própria compreensão da comunidade sobre o que foi perdido e o que a verdadeira justiça requer.

9.2 Como a justiça territorial pode ser promovida

As descobertas apresentadas ao longo desta tese fornecem uma resposta clara à principal pergunta de pesquisa. Se a justiça territorial é a medida ausente, então promovê-la requer mais do que reduzir os impactos de projetos que já foram aprovados em outros locais. Em vez disso, as decisões energéticas devem estar fundamentadas nas relações das comunidades com seus territórios desde o início. As condições descritas em [Capítulo 8](#) descrevem o que isso exigiria na prática: autoridade procedimental em vez de consulta simbólica; distribuição medida em relação à vida territorial, com reparação por danos passados; reconhecimento do território e do conhecimento comunitário nas decisões que o governam; e arranjos institucionais nos quais o dano territorial reconhecido pode moldar os resultados. Em todas as quatro condições, a questão central é quando a justiça entra no processo de tomada de decisão e cuja autoridade é reconhecida. A justiça deve ser tratada como parte constitutiva da transição, em vez de algo adicionado posteriormente, e as comunidades devem ser reconhecidas como detentoras de autoridade e conhecimento, em vez de obstáculos a serem gerenciados por meio de promessas de compensação. Essa conclusão é consistente com trabalhos recentes que ampliam a justiça territorial para deslocamento e despossessão de maneira mais ampla, que argumenta que a ocupação segura é essencial para o tratamento justo de comunidades enraizadas territorialmente (Stilz, 2025).

Esse reexame também tem implicações práticas. Como a barreira para mudar reside na estrutura da tomada de decisão, em vez de uma falta de informação, reformas focadas apenas em melhores consultas ou comunicações mais claras são improváveis de produzir mudanças significativas. Mudanças mais fundamentais são necessárias para determinar o que tem peso quando as preocupações comunitárias entram em conflito com as prioridades de investimento.

Discussão

Então, promover a Justiça Territorial é menos sobre melhorar os procedimentos em torno da transição do que sobre mudar *de quem* é a relação com o território que a transição foi projetada para proteger.

9.3 Contribuição para Estudos de Desenvolvimento

O caso do Quilombo do Cumbe contribui para os Estudos de Desenvolvimento ao ampliar os debates sobre conhecimento, agência e governança climática. Trata o povo de Cumbe não como recipientes passivos de desenvolvimento, mas como produtores de conhecimento político, especialização ecológica e visões alternativas de sustentabilidade fundamentadas na governança coletiva, reciprocidade e continuidade intergeracional.

O próprio processo de pesquisa reforça esse argumento. A transição da cartografia social para a oficina do corpo-território, juntamente com o reconhecimento de que o mapeamento é político e que o conhecimento em Cumbe está embutido em lutas contínuas, levanta questões mais amplas sobre cujo conhecimento é reconhecido dentro da prática de desenvolvimento. Levar esse conhecimento a sério não é apenas um compromisso ético, mas também uma necessidade analítica, pois revela dimensões territoriais de dano que avaliações técnicas não conseguem capturar. Iniciativas de desenvolvimento voltadas para a justiça e sustentabilidade têm muito a ganhar ao tratar comunidades como Cumbe como analistas do desenvolvimento, em vez de populações rebeldes a serem gerenciadas.

Essas descobertas também são relevantes à medida que o desenvolvimento da energia eólica offshore se expande pelo Ceará. Padrões semelhantes aos identificados em Cumbe já estão emergindo em projetos offshore propostos que afetam comunidades pesqueiras artesanais. As experiências documentadas em Cumbe fornecem não apenas uma crítica das transições energéticas anteriores, mas também um alerta para aquelas que estão agora se desenrolando.

9.4 Posicionalidade Revisitada: Limitações e Sua Influência sobre as Descobertas

As contribuições mencionadas devem ser consideradas juntamente com a posicionalidade e as reflexões metodológicas discutidas em [Capítulo 3](#). O breve período de trabalho de campo, a dependência de um intérprete e a pequena amostra de governança significam que o relato institucional apresentado aqui é ilustrativo em vez de abrangente, e cada uma dessas limitações influenciou os achados de maneiras diferentes. A dependência de um intérprete pode ter suavizado algumas das especificidades emocionais e linguísticas com as quais os participantes descreveram o dano territorial, particularmente onde conceitos locais ou em português resistem à tradução direta. A amostra de governança, limitada a um pequeno número de funcionários da SEMACE e SEMA, reflete as perspectivas de oficiais individuais e em vez de uma posição institucional representativa. Como resultado, a lacuna de reconhecimento-transformação identificada aqui pode ser mais desigual ao longo de

Discussão

essas instituições do que essas entrevistas sozinhas podem demonstrar. Por fim, minha própria suposição inicial de que a resistência se concentraria na degradação ambiental moldou a direção inicial da pesquisa. Durante as primeiras semanas de trabalho de campo, isso pode ter limitado a extensão em que dimensões territoriais e procedimentais foram exploradas antes que a pesquisa mudasse para participação e território.

Apesar disso, a consistência dos temas nas entrevistas, na observação participante, na oficina corpo-território e na literatura existente reforça o argumento central de que uma transição justa deve começar pelo território.

10. Conclusão

Esta tese se propôs a entender por que as comunidades quilombolas no Ceará costeiro resistem a projetos de energia eólica, apesar da urgência das metas climáticas. A descoberta central é que essa resistência não é uma oposição à energia renovável. O Quilombo do Cumbe não rejeita as turbinas eólicas simplesmente por serem turbinas eólicas; ele rejeita a maneira como chegaram - a exclusão das decisões tomadas antes que alguém fosse consultado, os benefícios que foram direcionados para fora enquanto os encargos se estabeleceram localmente, a cercagem de dunas, lagoas e zonas de pesca, e o peso de uma história vivida na qual a extração de água e a criação de camarões já haviam ensinado à comunidade qual é o custo do 'desenvolvimento' ambiental. A resistência, em vez disso, é uma resposta à implementação injusta. Um estudante de quinze anos, nascido após as turbinas já estarem em funcionamento, articulou isso claramente: "É injusto. Não faz sentido destruir o meio ambiente para produzir energia limpa. Se a instalação destrói tudo, então não é limpa."

O significado dessa resistência se torna mais claro uma vez que a energia eólica é compreendida não como infraestrutura, mas como uma intervenção na vida territorial. Em Cumbe, sua chegada foi vivenciada como uma transformação das relações através das quais a comunidade se sustenta e se reproduz: meios de vida enraizados na pesca e cultivo, os espaços sociais onde a vida coletiva é mantida, uma identidade e autonomia atreladas ao território, os danos emocionais e corporais mapeados na oficina corpo-território, e a transmissão intergeracional da memória capturada pela ideia de um "direito à memória" ameaçado. Perturbar o território, para uma comunidade cuja identidade é construída sobre ele, é ameaçar diretamente as condições de existência em si.

A persistência desses danos, como argumenta esta tese, não é uma falha de consciência. Entrevistas da SEMACE e da SEMA mostraram que atores institucionais reconhecem amplamente o que as comunidades descrevem - no entanto, o reconhecimento é absorvido em vez de ser traduzido em ação, pois as estruturas responsáveis pela mudança são construídas para continuar independentemente das questões das quais estão cientes. Essa lacuna de reconhecimento-transformação é a prova mais clara de que o obstáculo é estrutural.

Taken together, these findings support the argument central da tese: uma transição não pode ser considerada justa apenas porque reduz as emissões. A justiça energética e a pesquisa sobre transição justa iluminam como uma transição é governada e como seus custos são compartilhados, mas dizem pouco sobre o território onde ela se instala. A Justiça Territorial capta a dimensão que essas estruturas deixam em grande parte.

Conclusão

inexplorado. Ele reformula a participação como uma questão de autoridade sobre o lugar, a distribuição como uma questão de continuidade territorial, e o reconhecimento como um reconhecimento do próprio território. Visto dessa maneira, a contradição no coração do Cumbe se torna clara: a energia é genuinamente renovável, e sua implementação é genuinamente injusta.

As quatro condições desenvolvidas em *Capítulo 8*, e sintetizadas na *Discussão*, decorrem diretamente deste argumento: a justiça territorial não é promovida ao suavizar os impactos de uma transição decidida em outro lugar, mas ao colocar a relação da comunidade com seu território no centro da tomada de decisão sobre energia.

Essa perspectiva, embora tenha surgido de um contexto Quilombola, é transferível para outras comunidades tradicionais baseadas em lugar cuja relação com o território excede as compreensões de mercado sobre a terra, e para megaprojetos 'sustentáveis' que cercam o território em nome da descarbonização. Para os Estudos de Desenvolvimento, o Quilombo do Cumbe é um lembrete de que comunidades frequentemente descritas como receptoras de desenvolvimento são também suas analistas mais perspicazes. A comunidade não apenas vivenciou a contradição entre energia limpa e implementação injusta - ela a nomeou, resistiu a ela, e - como foi relatado a mim por membros Quilombolas - construiu alternativas que inspiraram múltiplos casos de resistência em outras partes do Brasil. Pesquisas futuras podem seguir essas mesmas dinâmicas em alto-mar, onde dinâmicas extrativas semelhantes já estão se desenrolando ao longo da costa do Ceará.

A frase que dá título a esta tese, portanto, não é uma queixa a ser administrada, mas um argumento a ser levado a sério: a energia pode até ser limpa, mas até que sua instalação seja justa, a transição não ocorre.

Referências

Aragão dos Santos, A. (2018). *Turismo e povos tradicionais: Perspectivas territoriais na Comunidade Quilombola do Cumbe/CE* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. PRODEMA. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25691>

Aragão dos Santos, A., Villamizar Sayago, D. A., & de Souza Miller, F. (2020). "They divide to dominate": Polarização política em uma comunidade remanescente de quilombo. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 9(2). <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2020v9i2.p171-190>

Araújo, J. C. H., Souza, W. F., Meireles, A. J. A., & Brannstrom, C. (2020). Desafios de sustentabilidade da implantação de energia eólica no estado do Ceará, Brasil. *Sustainability*, 12(14), Artigo 5562. <https://doi.org/10.3390/su12145562>

Avila, S., Deniau, Y., Sorman, A. H., & McCarthy, J. (2022). (Contra)mapear renováveis: Espaço, justiça e política da energia eólica e solar no México. *Environment and Planning E: Nature and Space*. <https://doi.org/10.1177/25148486211060657>

Boyne, G., & Powell, M. (1991). Justiça territorial: Uma revisão da teoria e evidência. *Geografia Política Quartely*, 10(3). [https://doi.org/10.1016/0260-9827\(91\)90038-V](https://doi.org/10.1016/0260-9827(91)90038-V)

Brannstrom, C., Gorayeb, A., de Sousa Mendes, J., Loureiro, C., de Andrade Meireles, A. J., da Silva, E. V., de Freitas, A. L. R., & de Oliveira, R. F. (2017). O desenvolvimento da energia eólica no Brasil é sustentável? Percepções a partir de uma revisão de conflitos no estado do Ceará. *Revisões de Energia Renovável e Sustentável*. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2016.08.047>

Brannstrom, C., Santos Leite, N., Lavoie, A., & Gorayeb, A. (2022). O que explica a aceitação da comunidade em relação à energia eólica? Explorando benefícios, consulta e meios de vida no Brasil Costeiro. *Pesquisa em Energia & Ciência Social*, 83, Artigo 102344. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102344>

Brown, K. B. (2011). Energia eólica no nordeste do Brasil: cargas locais, benefícios regionais e oposição crescente. *Clima e Desenvolvimento*, 3(4). <https://doi.org/10.1080/17565529.2011.628120>

Referências

- Castro, A. R. N., & Santos, C. D. (2025). Resistência Quilombola de Cumbe (Aracati/CE) contra a apropriação capitalista da natureza. *Mercator*, 24, e24022. <https://doi.org/10.4215/rm2025.e24022>
- Diógenes, J. R., Coelho Rodrigues, J., Farkat Diógenes, M. C., & Claro, J. (2020). Superando barreiras à implementação de parques eólicos onshore no Brasil. *Política Energética*, 138, Artigo 111165. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2019.111165>
- do Nascimento, J. L. J., Oliveira, A. A. N., & de Jesus, L. B. S. (2023). Quilombo do Cumbe: Autodeterminação, bem viver e biointeração. *Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação*, 11(17), Artigo e172315. <https://www.revistas.uneb.br/opara/article/view/20192>
- Duggan, M., & Gutiérrez-Ujaque, D. (2025). Contramapeamento como práxis: Participação, pedagogia e criatividade. *Progress in Human Geography*. <https://doi.org/10.1177/03091325251348610>
- Escobar, A. (2008). *Territórios da diferença: Lugar, movimentos, vida, redes*. Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822389439>
- Filgueiras, A., & Silva, T. M. V. (2003). Energia eólica no Brasil - presente e futuro. *Revisões de Energia Renovável e Sustentável*, 7(5). [https://doi.org/10.1016/S1364-0321\(02\)00078-9](https://doi.org/10.1016/S1364-0321(02)00078-9)
- Góes, M. F. B., Andrade, J. C. S., Jabbour, C. J. C., et al. (2021). Projetos de energia eólica no Brasil: Desafios e oportunidades para aumentar os co-benefícios e implicações para as políticas climáticas e energéticas. *Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade*, 23, 15341–15367. <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01300-8>
- Gorayeb, A., Brannstrom, C., & Xavier, T. (2025). Contramapeamento revela conflitos potenciais entre energia eólica offshore e comunidades de pesca tradicionais no Brasil. *Pesquisa Energética e Ciência Social*, 127, Artigo 104302. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2025.104302>
- Gorayeb, A., Brannstrom, C., de Andrade Meireles, A. J., & de Sousa Mendes, J. (2018). Energia eólica em má situação: Crítica aos processos de planejamento de energia eólica no nordeste do Brasil. *Energy Research & Social Science*, 40, 82–88. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2017.11.027>
- Gorayeb, A., Brannstrom, C., Xavier, T., de Oliveira Soares, M., Peres Teixeira, C. E., Ferreira dos Santos, A. M., & Guimarães de Carvalho, R. (2024). Desafios emergentes da energia eólica offshore

Referências energia no Sul Global: Perspectivas do Brasil. *Energy Research & Social Science*, 110, Artigo 103542. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2024.103542>

Gorayeb, A., Mendes, J. S., Meireles, A. J. A., Brannstrom, C., & Freitas, A. L. R. (2016). O desenvolvimento da energia eólica causa impactos sociais no estado do Ceará, Brasil: O caso da comunidade Xavier. *Journal of Coastal Research*, (75), 383–387. <https://doi.org/10.2112/SI75-077.1>

Jenkins, K., McCauley, D., Heffron, R., Stephan, H., & Rehner, R. (2016). Justiça energética: Uma revisão conceitual. *Energy Research & Social Science*, 11, 174–182. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2015.10.004>

Leite, I. B. (2000). Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, 4(2), 333–354. <https://doi.org/10.4000/etnografica.2769>

McCauley, D., & Heffron, R. (2018). Transição justa: Integrando justiça climática, energética e ambiental. *Política Energética*, 119, 1–7. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2018.04.014>

Meireles, A. J. A., Gorayeb, A., Silva, D. R. F., & Lima, G. S. (2013). Impactos socioambientais de parques eólicos sobre as comunidades tradicionais da costa oeste do Ceará, no nordeste brasileiro. *Revista de Pesquisa Costeira*, (65), 81–86. <https://doi.org/10.2112/SI65-015.1>

Mendes, E. D., Sampaio, R. J. S., & Collaço, F. M. A. (2025). Justiça ou apenas planos? Revisando a estratégia de transição energética do estado do Ceará, no Brasil. *Pesquisa em Energia & Ciência Social*, 119, Artigo 103865. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2024.103865>

Newell, P., & Mulvaney, D. (2013). A economia política da ‘transição justa’. *The Geographical Journal*, 179(2), 132–140. <https://doi.org/10.1111/geoj.12008>

Nine, C. (2018). Direitos territoriais e justiça. In A. Paasi, J. Harrison, & M. Jones (Eds.), *Handbook on the geographies of regions and territories* (pp. 208–218). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781785365805.00027>

Pinto, M. F., Nascimento, J. L. J., Alves, R. R. N., & Meireles, A. J. A. (2014). Qual a relação entre etnozootologia e território? *Revista Ouricuri*, 3(2), 68–88. <https://doi.org/10.59360/ouricuri.vol3.i2.a6422>

Referências

- Ramirez, J., Gorayeb, A., & do Nascimento, J. L. J. (2023). *Ventos de mudança: Conflito, cultura e sustentabilidade na comunidade Cumbe*. Copenhagen Business School. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.33796.50562>
- Saija, L., & Pappalardo, G. (2018). Um argumento para mapeamento participativo inspirado em pesquisa-ação. *Journal of Planning Education and Research*, 42(3), 375–385. <https://doi.org/10.1177/0739456X18817090>
- Souza, V. F., & Santos, C. D. (2024). Turismo comunitário, territorialidades e resistência: O caso do território Quilombola do Cumbe (Aracati-Ceará-Brasil). *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 22(4), 675–689. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2024.22.044>
- Sovacool, B. K., & Dworkin, M. H. (2015). Justiça energética: Insights conceituais e aplicações práticas. *Applied Energy*, 142, 435–444. <https://doi.org/10.1016/j.apenergy.2015.01.002>
- Stilz, A. (2025). Deslocamento climático e justiça territorial. *American Political Science Review*, 119(3), 1190–1204. <https://doi.org/10.1017/S0003055424001059>
- Sultana, F. (2022). Justiça climática crítica. *The Geographical Journal*, 188(1), 118–124. <https://doi.org/10.1111/geoj.12417>
- Teffo, L. (2011). Pluralismo epistêmico para transformação do conhecimento. *International Journal of African Renaissance Studies – Multi-, Inter- and Transdisciplinarity*, 6(1), 24–34. <https://doi.org/10.1080/18186874.2011.592388>
- Viana Júnior, M. M., Nogueira, A. G. R., & Lopes, A. R. S. (2025). Negacionismos sobre a escravidão no Ceará: O caso do Quilombo do Cumbe. *Mneme: Revista de Humanidades*, 27(50), 1–31. <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/40035>
- Zaragocin, S., & Caretta, M. A. (2021). Corpo-território: Um método geográfico feminista decolonial para o estudo da incorporação. *Anais da Associação Americana de Geógrafos*, 111(5), 1503–1518. <https://doi.org/10.1080/24694452.2020.1812370>

Apêndice

Apêndice A: Em guia de entrevista, visão geral dos participantes e Métodos da Oficina ds

A.1. Guia de Entrevista da Comunidade Quilombo

Entrevistas com membros da comunidade foram realizadas utilizando um formato semi-estruturado e aprofundado para explorar as experiências vividas no desenvolvimento de energia eólica em Cumbe. O guia foi projetado para garantir uma cobertura consistente dos temas chave - território e meio de vida, justiça processual, justiça distributiva e resistência - permitindo, ao mesmo tempo, que os participantes moldassem a direção da conversa. As perguntas foram adaptadas aos papéis, contextos e níveis de engajamento dos participantes dentro da comunidade. Todos os participantes foram informados sobre o propósito da pesquisa e forneceram consentimento verbal no início do processo e antes de qualquer gravação, em conformidade com a natureza informal e oral de construção de confiança na comunidade. A confidencialidade foi mantida durante todo o processo, com os participantes identificados pelo papel em vez de pelo nome.

1. Contexto e Posicionalidade

- Você pode se apresentar (ocupação, papel na comunidade)?
- Há quanto tempo você mora em Cumbe?
- Qual é a sua conexão com o território?

2. Território e Meio de Vida

- Quais são as principais formas de as pessoas ganharem a vida aqui?
- Como a pesca, as lagoas, os manguezais ou a agricultura contribuem para a vida cotidiana?
- O que o território significa para você pessoal e culturalmente?
- Como essa relação mudou ao longo do tempo?

3. Mudanças Após o Desenvolvimento de Energia Eólica

- Como era a comunidade antes dos parques eólicos?
- Quais mudanças você observou desde a chegada deles?

Apêndice

- O acesso à terra, lagoas ou outras áreas mudou?

4. Justiça Processual (Participação e Voz)

- Os membros da comunidade foram consultados antes da implementação dos projetos?
- Como as decisões foram comunicadas?
- Você sente que a comunidade teve influência real sobre essas decisões?
- Qual foi a experiência das audiências públicas ou reuniões?

5. Justiça Distributiva (Benefícios e Encargos)

- Quem se beneficia mais dos projetos de energia eólica?
- Quem é mais negativamente afetado?
- Os benefícios prometidos (por exemplo, empregos, desenvolvimento) se materializaram? Como os meios de vida foram afetados?

6. Dinâmicas da Comunidade e Conflito

- Esses projetos criaram divisões dentro da comunidade?
- Como as pessoas com diferentes perspectivas interagem?

7. Percepções sobre Energia Eólica e Justiça

- O que você pensa sobre a energia eólica em geral?
- Você vê uma diferença entre energia renovável e como ela é implementada aqui?
- Você acha que o que está acontecendo aqui é justo ou injusto? Por quê?

8. Resistência e Alternativas

- Como a comunidade respondeu a essas mudanças?
- Existem estratégias (por exemplo, turismo, ação legal, organização) usadas para defender o território?
- Como seria uma forma de desenvolvimento mais justa?

9. Perspectivas Futuras

- Como as gerações mais jovens veem essas mudanças?
- Que futuro você imagina para a comunidade?

Apêndice

A.2 : Guia de Entrevista de Governança e Atores de ONGs

As entrevistas com atores de governança e ONGs foram realizadas utilizando um formato semi-estruturado, adaptado ao papel institucional de cada participante (por exemplo, autoridade de licenciamento, pesquisador, advogado). O guia foi elaborado para capturar tanto os processos formais quanto reflexões críticas sobre suas limitações.

1. Função e Contexto Institucional

- Você pode descrever brevemente sua função e responsabilidades?
- Como seu trabalho se relaciona com o desenvolvimento de energia eólica no Ceará?
- Com que tipos de projetos ou comunidades você costuma se envolver?

2. Compreensão do Desenvolvimento de Energia Eólica

- Como você descreveria o modelo atual de expansão da energia eólica no Ceará?
- Quais são os principais objetivos que impulsionam esse desenvolvimento (por exemplo, econômico, ambiental, político)?
- Como o sucesso é tipicamente medido nesses projetos?

3. Impactos Territoriais e Contexto Local

- Na sua experiência, quais são os principais impactos sociais e ambientais dos projetos de energia eólica em áreas costeiras?
- Como esses projetos interagem com os usos territoriais existentes (por exemplo, pesca, agricultura, turismo)?
- Os impactos cumulativos ou de longo prazo são considerados na prática?

4. Justiça Processual (Participação e Consulta)

- Como as comunidades locais estão envolvidas nos processos de tomada de decisão?
- Quais mecanismos formais existem (por exemplo, consultas, audiências públicas)?
- Até que ponto esses processos permitem participação significativa?

{v1 Quais desafios ou limitações existem na prática?

5. Justiça Distributiva (Custos e Benefícios)

- Como os benefícios e encargos são tipicamente distribuídos entre os atores (empresas ,

Apêndice

municípios, comunidades)?

- Quais tipos de benefícios são esperados para as comunidades locais?
- Na prática, esses benefícios se concretizam?

6. Reconhecimento e Conhecimento

- Como o conhecimento local e os modos de vida são incorporados no planejamento e nos processos de avaliação? As estruturas atuais capturam adequadamente as realidades das comunidades tradicionais (por exemplo, Quilombola, comunidades de pesca)?
- Quais tipos de conhecimento tendem a ser priorizados ou excluídos?

7. Limitações Institucionais e Lacunas de Implementação

- Quais são os principais desafios para abordar os impactos sociais e ambientais?
- Existem limitações institucionais, legais ou políticas que restringem o que pode ser feito?
- Por que certos problemas persistem apesar de serem reconhecidos?

8. Conflito e Governança

- Como os conflitos entre comunidades e desenvolvedores são geralmente tratados?
- Qual é o papel dos processos legais, ONGs ou movimentos sociais?
- Como diferentes atores (estado, empresas, comunidades) interagem na prática?

9. Alternativas e Melhorias

- Como seria um modelo de desenvolvimento de energia eólica mais justo ou inclusivo?
- Quais mudanças seriam necessárias em políticas, regulamentações ou implementação?
- Existem exemplos de melhores práticas (no Ceará ou em outros lugares)?

10. Reflexão Final

- Você acha que a atual transição energética no Ceará pode ser considerada justa? Por que ou por que não?
- Há mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

Apêndice

Nota: As perguntas foram adaptadas dependendo do papel do participante. Por exemplo, as entrevistas com as autoridades de licenciamento ambiental se concentraram mais nos procedimentos regulatórios, enquanto os atores de ONG enfatizaram as lutas legais, a defesa da comunidade e os conflitos territoriais.

A.3 Visão Geral dos Participantes

Participantes da Comunidade

Papel / Identidade	Idade	Gênero	Relevância Analítica
Fisher; ancião	Ancião	Masculino	memória histórica de longo prazo; pré-comparação de desenvolvimento
Estudante	Juventude	Feminino	perspectiva geracional; “nascido em” energia eólica contexto de energia
Pescadora; ativista; líder de associação	Adulto	Feminino	Liderança política; resistência
Educador; ativista; líder de associação	Adulto	Masculino	Liderança política; resistência
Jovem trabalhador	Juventude	Masculino	Juventude e transição de meios de subsistência; restrito Acesso
Pescadora; comunidade turismo	Adulto	Feminino	Vínculos entre meio de vida, gênero e resistência por meio do turismo
Fisher; turismo comunitário	Adulto	Masculino	Autonomia territorial e soberania alimentar Enquadramento
Ancião; artesão	Ancião	Feminino	Memória incorporada; perda de mobilidade e Acesso
Coletor de Moluscos	Adulto	Feminino	trabalho de gênero; dependência de manguezal Ecossistemas
Fisher; ancião	Ancião	Masculino	memória histórica de longo prazo; pré-comparação de desenvolvimento

Apêndice

Participantes Especialistas

Entrevistado	Função	Instituição	Relevância Analítica
SEMA Diretor	licenciamento ambiental autoridade	SEMA	procedimentos formais e regulatórios lógica
SEMA Pesquisador	inspetor ambiental	SEMA	impactos no nível do solo e lacunas na aplicação
SEMA Pesquisador	Cartografia social especialista	SEMA	métodos participativos e territorial defesa
Terramar Lawyer	justiça ambiental advogado e defensor	Terramar	Lutas legais, direitos territoriais, e advocacia
Terramar Lawyer	Justiça ambiental advogado e defensor	Terramar	Lutas legais, direitos territoriais e defesa

A.4 Oficina Corpo-Território - Métodos e Resultados

A.4.1 Design e Implementação da Oficina

Uma oficina corpo-território foi realizada para capturar experiências incorporadas, emocionais e coletivas de mudança territorial, complementando os dados das entrevistas.

- Os participantes foram divididos em três grupos de aproximadamente sete indivíduos.
- Cada grupo foi solicitado a desenhar em um contorno de corpo humano e identificar e mapear os impactos de projetos de energia eólica sobre o corpo
- Os participantes anotaram:
 - impactos físicos (por exemplo, doença, fadiga)
 - impactos emocionais (por exemplo, medo, estresse)
 - impactos territoriais (por exemplo, perda de acesso, restrição)
- Cada grupo então:
 - apresentou seu desenho
 - participou de uma discussão coletiva

Esse formato possibilitou tanto a reflexão individual quanto a articulação em nível de grupo de experiências compartilhadas.

A.4.2 Valor Analítico da Oficina

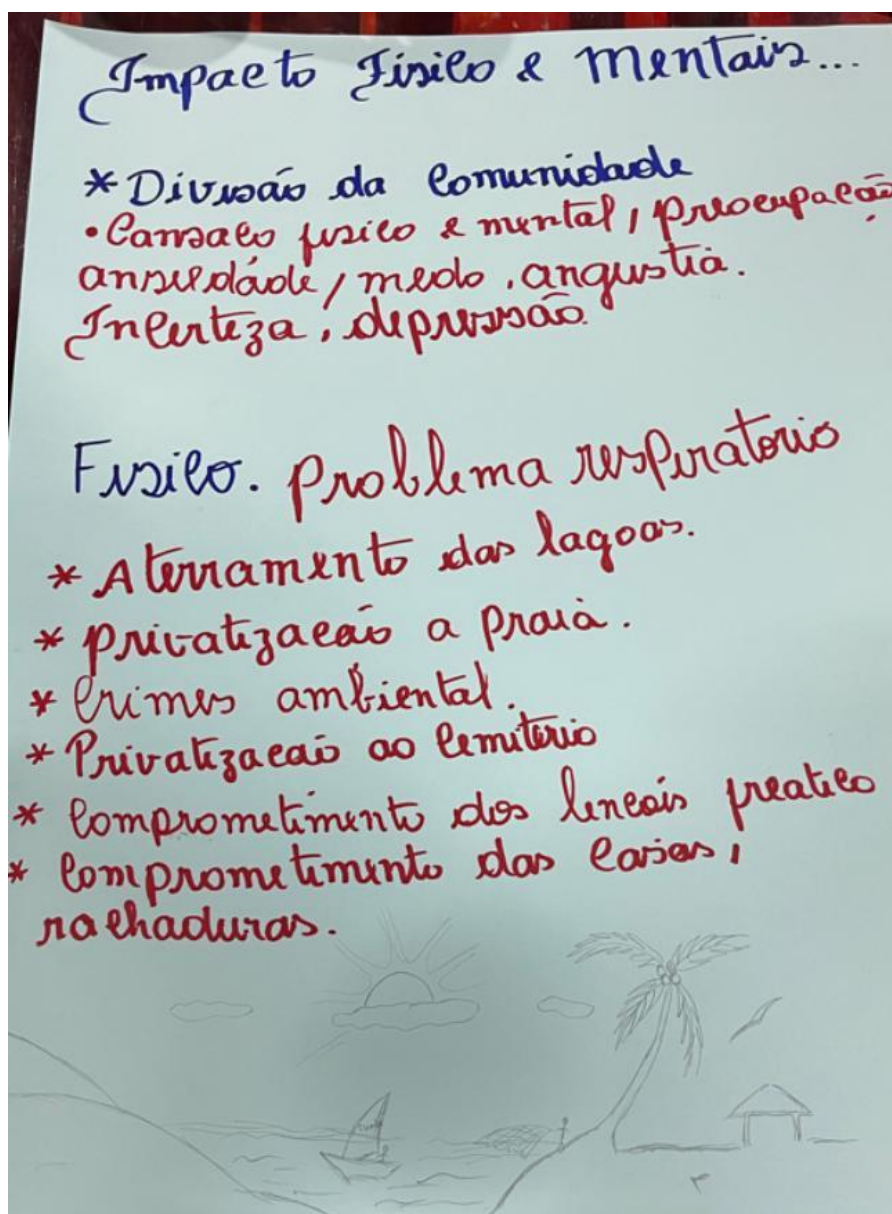
A oficina gerou dados que:

- capturou dimensões não verbais e afetivas do impacto
- revelou padrões coletivos entre os participantes
- destacou a natureza incorporada da perda territorial

Foi particularmente útil para identificar:

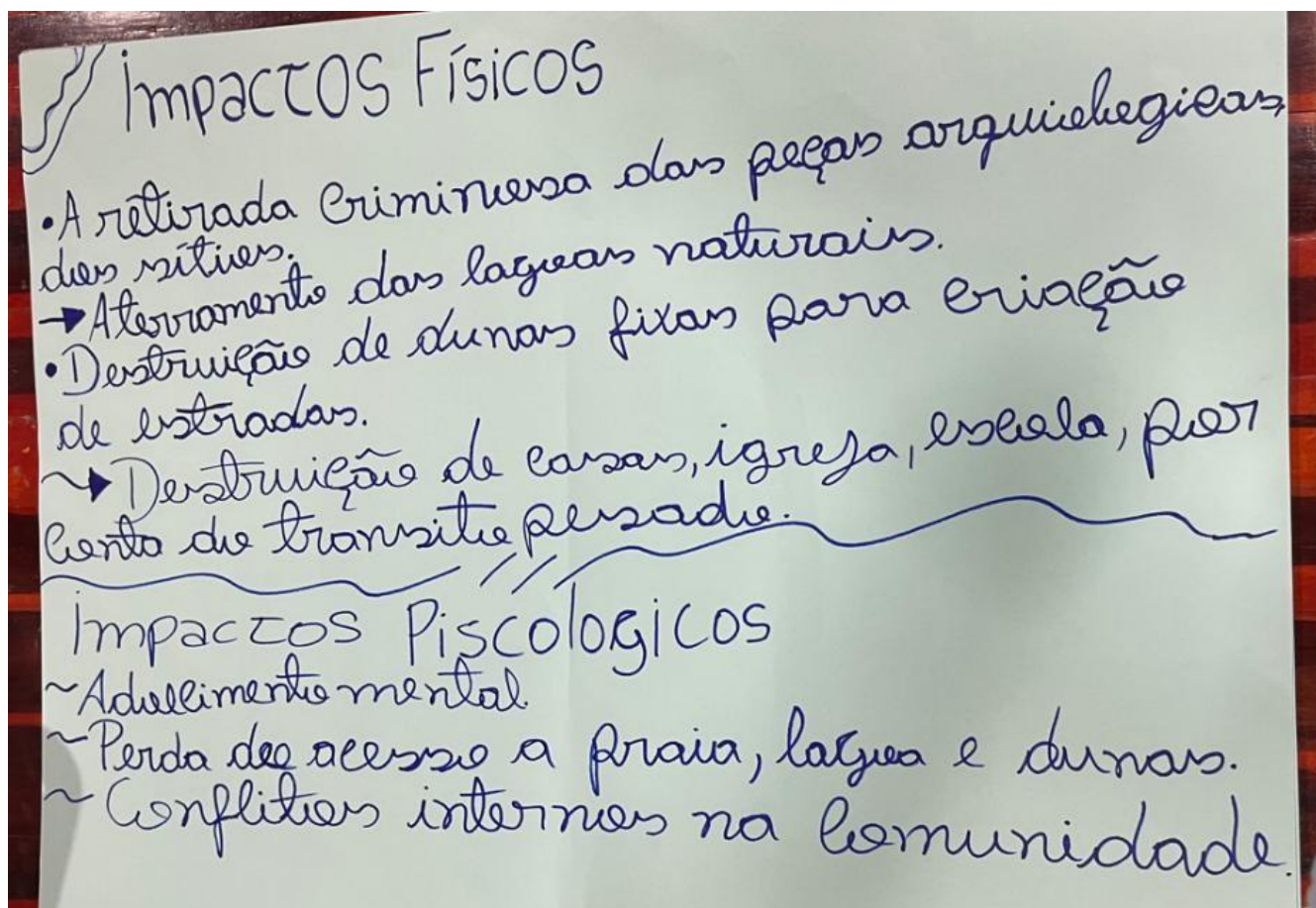
- estresse mental e emocional
- preocupações intergeracionais (por exemplo, “perda de memória”)
- conexões entre corpo, território e identidade

A.4.3 Apresentação das Saídas do Workshop

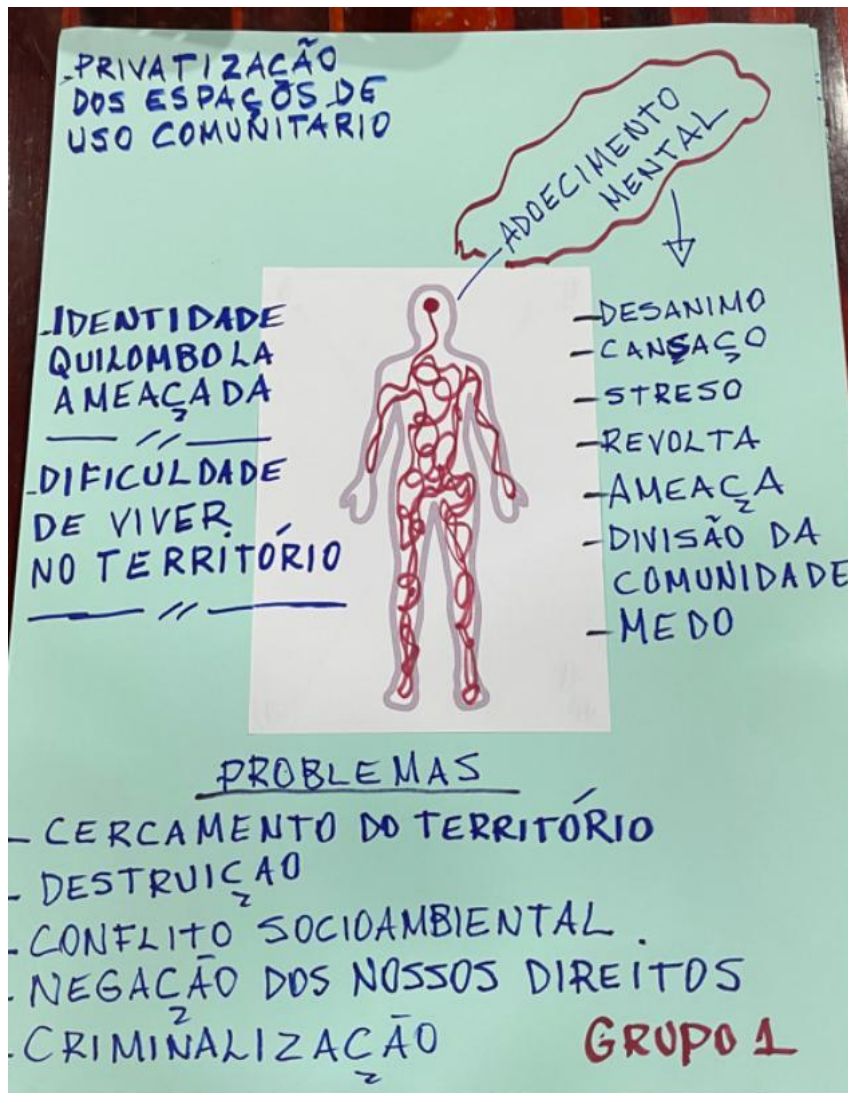


Tradução:

- Impacto Físico e Mentais (*Impacto Físico e Mentais*). Impactos mentais: divisão comunitária; exaustão física e mental, ansiedade, medo, angústia, insegurança, depressão.
- Impactos físicos - problemas respiratórios; preenchimento de lagoas; privatização da praia; crime ambiental; privatização do cemitério; dano ao lençol freático; rachaduras em casas.

**Tradução:**

- Impactos Físicos (*Impactos Físicos*): remoção criminosa de artefatos arqueológicos de locais; preenchimento de lagoas naturais; destruição de dunas fixas para construção de estradas; destruição de casas, igreja, escola e poço devido ao trânsito de veículos pesados.
- Impactos Psicológicos (*Impactos Psicológicos*): transtorno mental; perda de acesso à praia, lagoa e dunas; conflitos internos na comunidade.



Tradução:

{v1} Lado esquerdo do corpo: privatização de espaços comunitários. Nuvem (mapeada para a cabeça): transtorno mental. Lado esquerdo do corpo: ameaça à identidade Quilombola; dificuldade de continuar vivendo no território.

- Lado direito do corpo: desânimo, exaustão, estresse, revolta, ameaça, divisão comunitária, medo. Problemas (*Problemas*): cercamento territorial; destruição; conflito socioambiental; negação de nossos direitos; criminalização.

Apêndice B: Estrutura de Codificação

B.1: Árvores de codificação com dados ilustrativos

Estrand da comunidade:

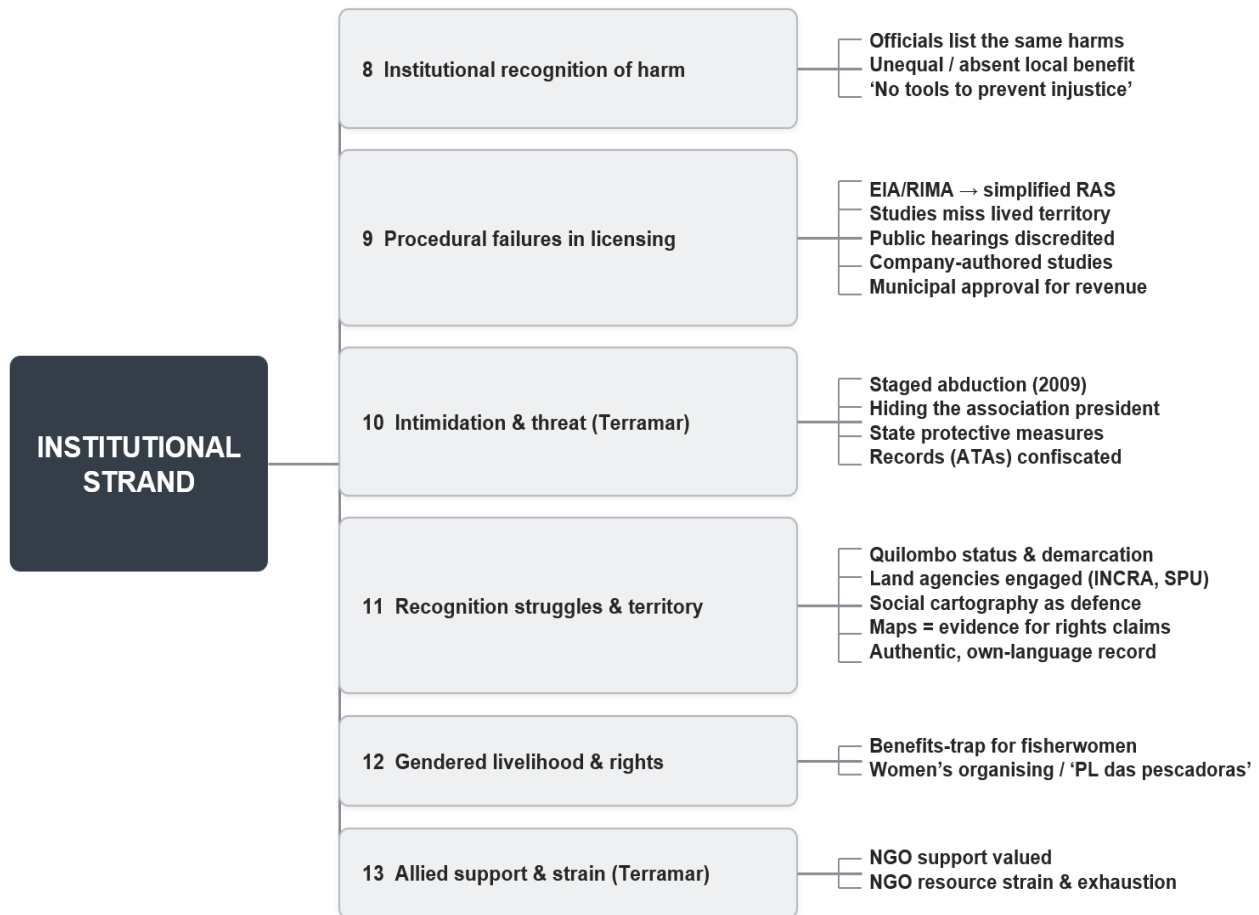


Tema 1: Justiça processual (dedutiva)		
Código de primeiro nível (in-vivo)	Dados ilustrativos (original - glossário em inglês; notas de campo parafraseadas)	Fonte
Chegada sem consulta; quebrada promessas	<i>"infelizmente na época prometeram emprego, não deram a todos"</i> - prometeram empregos na época, e não deram a todos	Coletor de Moluscos; jovem trabalhador
Silenciamento / sem voz nas audiências públicas	<i>"quem questionou... passou maior humilhação, foi vaiado, não foi deixado falar"</i> - quem questionou foi humilhada, vaiada, não permitida a falar	Pescadora (turismo comunitário)
Sentindo-se enganada ('golpe')	<i>"a gente é sofrido assim como enganada, como a gente sofre golpe"</i> - sentimos-nos enganados, como se nós sofreu um golpe	Pescadora (líder associativa)
Tema 2: Justiça distributiva (dedutiva)		
Benefícios capturados por proprietários / empresa	<i>"who gets the good part is the owners of the company... the bad part goes to the community"</i> - os proprietários recebem a parte boa... a parte ruim vai para a comunidade	Coletor de Moluscos; jovem trabalhador; Pescadora (líder associativa)
Empregos precários e humilhantes (apenas construção)	<i>"era só na parte da construção, como carregando"</i> - era apenas trabalho na construção, como carregar cargas	Pescadora (líder assoc.); Fisher (turismo comunitário)
Energia cara; sem direito a usá-la	<i>"a gente não tem direito de usar essa energia... a energia é tão cara"</i> - não temos direito de usar isso energia... a energia é tão cara	Ancião; artesão / Pescadora (turismo comunitário) / Educador (líder associativo)
Nenhum benefício para a comunidade; energia concentrado	<i>"há muita riqueza, mas isso não é dividido"</i> - há muita riqueza, mas não é compartilhada	Pescadora (turismo comunitário); Ancião; artesão
Tema 3: Justiça reconhecedora e 'energia injusta' (dedutivo)		
'Energia injusta' — energia limpa reframed as injusto	<i>"é uma energia desigual e injusta... não é uma energia limpa"</i> - não é uma energia desigual e injusta ... é não é energia limpa	Pescadora (turismo comunitário); Coletor de Moluscos; Pescadora (líder associativo)
Comunidade invisibilizada ('território vazio')	<i>"elas chegam lá e parece que não tem ninguém, e isso é muito injusto"</i> - elas chegam como se não houvesse ninguém lá, e isso é muito injusto	Pescadora (turismo comunitário)

Identidade Quilombola e autorreconhecimento	<i>“se reconhecem como Quilombola / identidade Quilombola ameaçada”</i> - eles se reconhecem como Quilombolas / identidade Quilombola ameaçada	Educador (líder associado); Oficina
Tema 4: Territorialidade quilombola: território como vida (dedutivo + indutivo)		
Território = soberania alimentar & autonomia	<i>“com esse território livre, a gente tem a autonomia de sustento”</i> - com este território livre, nós temos a autonomia para nos sustentarmos	Fisher (turismo comunitário)
Privatização & despossessão de terra/água	<i>“o maior problema da gente hoje é terra... tá toda privatizada”</i> - nosso maior problema hoje é terra... ela está toda privatizada	Fisher (turismo comunitário); Oficina
Perdeu acesso às lagoas / dunas / praia	<i>“lagoas que antigamente enchia e a gente ia se divertir”</i> - lagoas que costumavam encher, e nós íamos nos divertir	Coletor de Moluscos; Ancião; artesão; Pescadora (turismo comunitário)
Tema 5: Corpo-território – dano intergeracional e incorporado (oficina indutiva +)		
Unidade território-corpo	<i>“se o território adocece, nós adoecemos com ele também”</i> - se o território fica doente, nós também ficamos doentes com ele	Educador (líder associado)
Transtorno mental (ansiedade, depressão, ‘adoecimento mental’)	<i>“desastres físicos e mentais... ansiedade, medo, angústia, incerteza e depressão”</i> - físicos e desastres mentais... ansiedade, medo, angústia, incerteza e depressão	Oficina; Pescadora (turismo comunitário); Fisher (turismo comunitário)
Doenças físicas (problemas respiratórios; poeira da construção; crianças)	<i>“due to the construction, there was a lot of dust, the children suffered... respiratory problems”</i> - devido à na construção havia muita poeira; as crianças sofriam problemas respiratórios	Oficina
Luto pela paisagem perdida	<i>“dá até vontade de chorar, porque não existe mais e nunca vai mais existir”</i> - isso faz você querer chorar, porque não existe mais e nunca existirá novamente	Fisher; ancião
Direito à memória; perda intergeracional	<i>“uma das coisas que as eólicas estão tirando do território é o direito à memória”</i> - uma das coisas que as turbinas estão tirando do território é o direito à memória	Oficina; Pescadora (assoc. líder)
Exaustão da luta; perdendo a vontade de lutar	<i>“vai se espalhando... até a gente ficar sem vontade de querer lutar”</i> - se espalha... até perdermos a vontade lutar	Oficina; Educador (líder associado)
Tema 6: divisão comunitária (indutiva)		

Divisão como tática deliberada ('dividir para dominar')	<i>"o processo capitalista é muito esse, dividir para ter esse domínio"</i> - o processo capitalista é justamente isso: dividir para dominar	Pescadora (líder associada)
Associação rival criada pela empresa	<i>"a associação que foi criada pela empresa, eles criaram uma associação"</i> - a associação que criada pela empresa — eles criaram uma associação	Pescadora (líder da associação)
Conflito onde não havia nenhum antes	<i>"depois que a eólica chega... há o conflito local, há a divisão"</i> - depois que o parque eólico chega... há conflito local , há divisão	Pescadora (turismo comunitário)
Tema 7: Resistência & organização (indutivo)		
Movimentos & associações (OPA, associação quilombola.)	<i>"I belong to the board of the associação... movimento dos pescadores... OPA (organização de pescadoras)"</i> - Eu pertenço à diretoria da associação... o movimento dos pescadores... pescadoras associação	Fisher (turismo comunitário); Pescadora (liderança de assoc.)
Ação direta / interromper as obras	<i>"we managed to halt the wind plant's work for 19 days"</i> - conseguimos paralisar o trabalho da usina eólica por 19 trabalho por 19 dias	Educador (líder associado)
luta legal / reivindicando direitos	<i>"we had to go to court, fight, to have the right"</i> - tivemos que ir pra justiça, brigar, ter o direito	Fisher (turismo comunitário)
Turismo comunitário como uma alternativa economia	<i>"turismo comunitário... para fortalecer a nossa luta e gerar renda"</i> - turismo comunitário... para fortalecer nossa luta e gerar renda	Fisher (turismo comunitário)

linha institucional



Theme 8: Reconhecimento institucional de danos (motor da lacuna de reconhecimento-transformação)		
Código de primeiro nível (in-vivo)	Dados ilustrativos (original — glossário em inglês; notas de campo parafraseadas)	Fonte
Oficiais enumeram os danos comunidades descrevem	<i>“the wind projects function as enclaves... sem vínculos e articulação com os territórios”</i> - projetos eólicos funcionam como enclaves... sem vínculos com os territórios onde estão situados	SEMACE Pesquisador (Inspetor)
Reconhecido como desigual / ausente benefício local	<i>“distribuição desigual dos benefícios econômicos, nos quais apenas parte da comunidade é diretamente beneficiada”</i> distribuição desigual de benefícios econômicos, na qual apenas parte da comunidade se beneficia diretamente	Diretor da SEMACE; SEMACE Pesquisador
A agência admite que não possui ferramentas para prevenir injustiça	<i>“there is no clarity on how the environmental agency can act to avoid injustices”</i> - não há clareza sobre como a agência ambiental pode agir para prevenir injustiças	Diretor da SEMACE (licenciamento)
Tema 9: Falhas processuais no licenciamento (visão institucional)		
Simplificação regulatória & ‘baixo-impacto’ classificação	<i>“varia desde... EIA/RIMA até procedimentos simplificados... classificada como de potencial poluente baixo”</i> - faixas de EIA a procedimentos simplificados... classificada como de potencial poluidor baixo	Diretor da SEMACE; nota de reunião nota (EIA/RIMA substituído por RAS simplificado, omitindo informação territorial)
As avaliações não consideram território vivido ('lacunas')	<i>“aspectos mais profundos da dinâmica territorial normalmente não estão presentes... lacunas nos estudos”</i> - mais profundos aspectos da dinâmica territorial geralmente estão ausentes... lacunas nos estudos	Pesquisador SEMACE
Audiências públicas descreditas / finas participação	<i>“failures in the processes of... participação social... discrediting of the public hearings”</i> - falhas em social-processos de participação... descredibilização das audiências públicas	Diretor da SEMACE
Estudos de impacto elaborados por consultores de empresas	<i>“the estudos são elaborados por consultorias contratadas pelas empresas... mais uma defesa do projeto”</i> -os estudos são produzidos por consultorias contratadas pelas empresas... mais uma defesa do projeto	Pesquisador SEMACE
Tema 10: Intimidação, criminalização e ameaça (relatado; desidentificado)		
sequestro simulado / intimidação de um líder (2009)	<i>Um líder de associação relatou um sequestro simulado em 2009: dois homens não identificados, se passando por policiais e alegando um mandado contra um parente, foram à casa; o líder se trancou, temendo suas intenções.</i>	Nota de reunião (líder de assoc.)
Escondendo o presidente da associação da polícia	<i>Durante o pico do conflito, membros da comunidade esconderam o presidente da associação Quilombo por segurança, em meio a interesses divergentes com o poder municipal.</i>	Nota de reunião
Sentida ameaça; medidas de proteção do estado	<i>Membros que se identificam como Quilombola relataram sentir-se ameaçados durante conflitos intensos; alguns mantêm governo medidas protetivas após ameaças recebidas.</i>	Nota de reunião
Confisco dos registros da associação da	<i>O livro de atas da associação foi confiscado durante a avaliação de reconhecimento do Quilombo.</i>	Nota de reunião
Tema 11: Lutas por reconhecimento e demandas territoriais (institucionais)		

ociação

Reconhecimento de Quilombo (2014) & demanda de demarcação	<i>Reconhecido como Quilombo pela Fundação Palmares (2014); a demanda central é a demarcação de terras, em meio a uma disputa contínua sobre o que conta como território quilombola.</i>	nota de reunião
Várias agências de terras envolvidas	<i>Agências de terras oficiais visitaram o Cumbe para 'conhecer' o território.</i>	Nota de reunião
Cartografia social para territorial legitimação	<i>A cartografia social das mulheres é utilizada para legitimar o uso territorial através da memória, produção e conflito.</i>	Nota de reunião
Tema 12: Sustento de gênero e direitos (institucional; estende os Temas 2–3)		
Armadilha de benefícios para pescadoras	<i>Se o estado vê uma pescadora ganhando além da pesca/extração de moluscos (vendendo frutas, artesanato, produtos de jardim), ela corre o risco de perder benefícios como auxílio maternidade ou sua pensão.</i>	Nota de reunião (Pescadora, turismo comunitário)
Organização das mulheres e 'PL das pescadoras (das mulheres pescadoras Billy)'	<i>Os grupos de trabalho de mulheres (Secretaria Municipal de Pesca) e o projeto de lei 'PL das pescadoras' que ainda não foi votado; as Mulheres Unidas pelas Águas.</i>	nota de reunião
Tema 13: Apoio de ONG aliado & pressão (ecossistema de resistência)		
Apoio de ONG valorizado	<i>O apoio da Terramar e as parcerias internacionais são valorizados por fortalecer a defesa da comunidade.</i>	nota de reunião (equipe da Terramar)
Pressão e exaustão de recursos de ONG	<i>O financiamento reduzido deixa a Terramar com menos equipe, mas mais trabalho, causando crescente exaustão entre as mulheres que trabalham no projeto.</i>	Nota de reunião (equipe Terramar)

declaração de divulgação de IA

Eu, Idil Mohamud (2602229), confirmo,

que o trabalho presente é meu trabalho original. Declaro que utilizei ferramentas de IA apenas conforme permitido para este trabalho.

Utilizei ferramentas de IA para me ajudar com o trabalho presente.

Nome de a ferramenta de IA	Propósito da ferramenta de IA implantação (por exemplo, brainstorming, edição, ortografia verificação, etc.)	Prompts utilizados
ChatGPT	- Brainstorming inicial - Capítulo de brainstorming e títulos de seção - Discutindo possíveis maneiras de organizar ideias durante elaboração	"Capítulo de brainstorm títulos." "Sugira alternativas títulos de seção." "Ajude-me a pensar em maneiras de estructure este capítulo." "Brainstorm possíveis maneiras de organizar isso discussão."
Grammarly	Ortografia final e verificação gramatical	N/A

Eu reconheço minha responsabilidade como aluno/estudante de verificar minuciosamente todas as saídas e conteúdos produzidos por ferramentas de IA e aceito total responsabilidade por sua precisão e validade.

Nome(s) do estudante: Idil Mohamud

Data: 26.06.2026